

BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Nº 6 | Junho 2009



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia e da Inovação

GPEARI
Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Junho de 2009

Elaborado com informação disponível até ao dia 22 de Junho.

Editores

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia e Inovação

Avenida da República, 79

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Av^a Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º.

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9062

Índice

Conjuntura	1
Sumário	3
1. Enquadramento Internacional	5
2. Conjuntura Nacional	8
3. Comércio Internacional	18
Destaques	25
Evolução recente das exportações portuguesas por agrupamentos de bens	27
Artigos	29
Em Análise	31
Evolução das exportações portuguesas de veículos automóveis e suas partes e acessórios	31
Iniciativas e Medidas Legislativas	37
Abreviaturas Utilizadas	45

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * Nos EUA, os indicadores de confiança disponíveis para os meses de Abril e Maio melhoraram, mas os dados quantitativos continuam a apresentar uma evolução desfavorável, nomeadamente no que se refere às vendas do comércio a retalho e à produção industrial. Em Maio, a taxa de desemprego subiu para 9,4% e a taxa de inflação registou uma variação homóloga negativa de 1,3 (8,9% e -0,7% em Abril, respectivamente).
- * Os indicadores de sentimento económico da União Europeia (UE) e da Área do Euro (AE) referentes aos meses de Abril e Maio melhoraram, interrompendo a tendência, desfavorável, que se vem a verificar desde o início de 2008. A taxa de desemprego da área do euro voltou a aumentar em Março para 9,2% (8,9% no mês precedente), e a taxa de inflação registou uma variação nula (0,6% em Abril).
- * As taxas de juro a 3 meses diminuíram quer na área do euro quer nos EUA. Contudo, as taxas de juro de longo prazo aumentaram nas duas regiões.
- * O preço *spot* do petróleo *Brent* apresentou uma subida, face ao final de Maio, tendo a média do preço do *Brent*, até ao dia 19 de Junho, apresentado um valor de 69 USD/bbl (50€/bbl).

Conjuntura Nacional

- * No 1.º trimestre de 2009, de acordo com a Estimativa do INE, o PIB registou uma quebra homóloga real de 3,7%, influenciada, sobretudo, pela forte deterioração das exportações de bens e serviços e do investimento.
- * Os dados qualitativos referentes aos meses de Abril e Maio, apontam para uma melhoria da confiança dos empresários na generalidade dos sectores. Contudo, os dados quantitativos de Abril ainda não reflectem este sentimento mais favorável.
- * A taxa de variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor foi de -1,2% em Maio, situando-se 1,3p.p. abaixo do verificado na área do euro. A inflação subjacente foi de 0,5% (0,9% no mês anterior).
- * Nos primeiros cinco meses de 2009, o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, atingiu os 4330,7 milhões de euros, o que representa um aumento de 3775,3 milhões de euros face ao verificado no mês homólogo do ano anterior. O défice primário foi de 2685,8 milhões de euros, denotando-se um agravamento de 2757,9 milhões de euros face ao verificado no mesmo período de 2008.
- * Até Maio, a Segurança Social apresentou um excedente orçamental de 1104,2 milhões de euros, constatando-se uma diminuição de 457,5 milhões de euros face ao período homólogo de 2008. A Caixa Geral de Aposentações registou um excedente orçamental de 53,9 milhões de euros, o qual compara com um défice de 101 milhões de euros no mesmo período do ano anterior. Os Serviços e Fundos Autónomos (excluindo o FRDP), para o mesmo período, registaram um excedente de 909,8 milhões de euros, traduzindo-se numa diminuição de 223,5 milhões de euros face ao período homólogo de 2008.

Comércio Internacional

- * Nos *últimos 12 meses a terminar em Março*, excluindo os produtos energéticos, as saídas de mercadorias decresceram 7,9%, e as entradas 4,8%. No primeiro trimestre de 2009, excluindo os produtos energéticos, as saídas acusaram uma descida de 25,9%, ao mesmo tempo que as entradas registavam uma diminuição de 24,4% face ao período homólogo anterior.
- * Segundo dados já disponíveis para o *período de Janeiro a Abril de 2009* relativos ao comércio extracomunitário, as exportações para os países terceiros, nos *últimos 12 meses*, terão aumentado 0,9% e as importações decrescido 8,1%. Nos *primeiros 4 meses de 2009*, as exportações terão decrescido 23,6% e as importações 39,4%.
- * Ponderando os pesos no total, o maior contributo para a taxa de crescimento das saídas de mercadorias nos *últimos 12 meses* (-7,6%), em termos de mercados de destino, coube a Angola (1,6 p.p.). Marrocos contribuiu com 0,2 p.p. e, com 0,1 p.p. cada, assinalam-se os contributos do Brasil, Suíça e Cabo Verde.
- * Nos *últimos 12 meses a terminar em Março*, as “exportações” de Bens e Serviços diminuíram 5,0% em termos homólogos, resultado para o qual os Serviços contribuíram positivamente (0,4 p.p.), a par de um contributo negativo por parte dos Bens (-7,5 p.p.).
- * No mesmo período, as três rubricas que revelaram maiores contributos para a taxa de crescimento das “exportações” de Bens e Serviços (-5,0 p.p.) foram o grupo de produtos “Agro-alimentares” (0,5 p.p.), os serviços de “Transportes” (0,4 p.p.), e os serviços de “Outros fornecimentos por empresas” (0,2 p.p.).

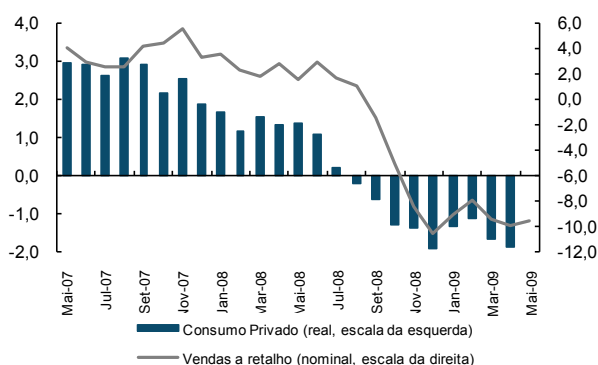
1. Enquadramento Internacional

Actividade Económica Extra-UE

A economia mundial continuou a registar uma fraca actividade, no entanto, os indicadores mais recentes apontam para um abrandamento menos acentuado, mas ainda não indicativos de uma recuperação.

Nos **EUA**, tanto a confiança dos consumidores como dos empresários da indústria apresentaram uma melhoria no conjunto dos meses de Abril e Maio face ao 1º trimestre; contudo, a evolução dos indicadores quantitativos permaneceu negativa.

Figura 1.1. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



Fonte: Bureau of Economic Analysis.

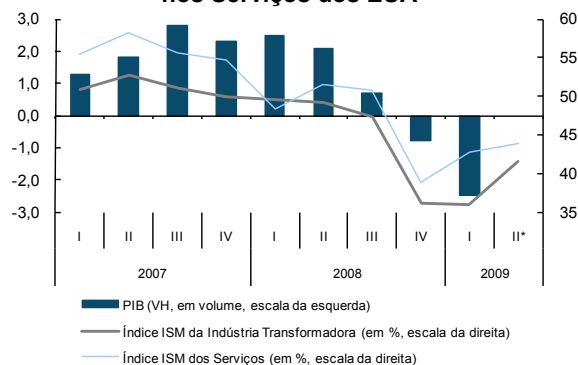
De facto, no conjunto de Abril e Maio, em termos homólogos:

- as vendas a retalho diminuíram 9,8% em termos nominais (-8,9% no 1º trimestre), revelando as preocupações das famílias quanto à evolução futura do mercado de trabalho;
- a produção industrial caiu 13% (-11,6% no 1º trimestre) e a taxa de utilização da capacidade produtiva da indústria continuou a regredir para 68,7% (70,4% no 1º trimestre);

Em Abril e em termos homólogos, o consumo privado voltou a cair para 1,9% em termos reais (-1,7% em Março) e as exportações registaram um decréscimo de 22% em termos nominais (-18% em Março).

A taxa de desemprego aumentou para 9,4% em Maio (8,9% em Abril); mas a quebra mensal do emprego foi menos acentuada do que nos meses precedentes.

Figura 1.2. PIB e Índices de Confiança na Indústria e nos Serviços dos EUA

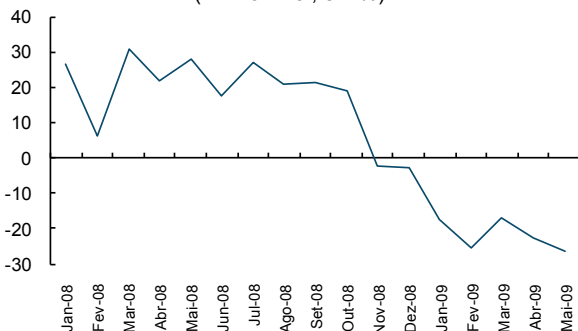


Fontes: Bureau of Economic Analysis; Institute for Supply Management. Nota: um valor >50 indica expansão e <50 representa contração da actividade. * Média de Abril e Maio.

A taxa de inflação homóloga continuou a apresentar uma variação negativa, para -1,3% em Maio (-0,7% em Abril).

Os indicadores disponíveis para a economia da **China** indicam o prosseguimento da quebra das exportações, influenciada pela evolução desfavorável da conjuntura internacional. No entanto, a procura interna (consumo privado e investimento público) permaneceram com um crescimento robusto associado aos efeitos das medidas de relançamento económico.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias da China (VH nominal, em %)



Fonte: Instituto de Estatística da China.

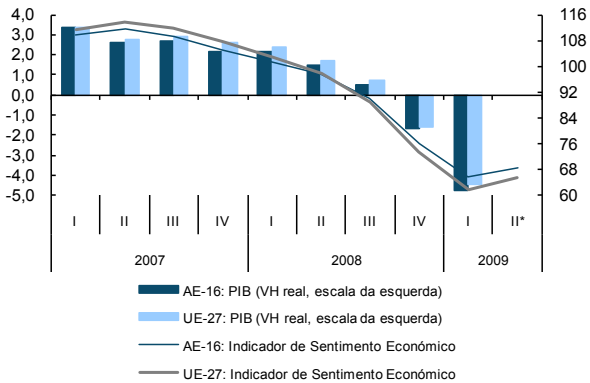
Quadro 1.1. Indicadores de Actividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008				2009	2009			
				1T	2T	3T	4T	1T	Fev	Mar	Abr	Mai
EUA – PIB real	VH	BEA	1,1	2,5	2,1	0,7	-0,8	-2,5	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	-2,2	1,4	-0,4	-3,2	-6,7	-11,6	-11,3	-12,6	-12,7	-13,4
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	45,5	49,5	49,1	47,4	36,1	35,9	35,8	36,3	40,1	42,8
Índice ISM dos Serviços	%	"	47,4	48,4	51,6	50,8	38,9	42,8	40,2	44,1	45,2	42,4
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	63,8	72,9	59,6	64,8	57,7	58,3	56,3	57,3	65,1	68,7
Taxa de Desemprego	%	BLS	5,8	4,9	5,4	6,1	6,9	8,1	8,1	8,5	8,9	9,4
China – PIB real	VH	NBSC	9,0	10,6	10,1	9,0	6,8	6,1	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	17,2	21,2	22,5	23,2	4,7	-20,1	-25,7	-17,1	-22,6	-26,4
Japão – PIB real	VH	COGJ	-0,7	1,2	0,6	-0,3	-4,4	-8,4	-	-	-	-

Actividade Económica da UE

Após um decréscimo significativo do PIB da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) no 1º trimestre, em resultado da quebra acentuada das exportações e do investimento, verificou-se uma melhoria do indicador de sentimento económico para o conjunto dos meses de Abril e Maio, que se estendeu a todos os indicadores de confiança, com excepção dos empresários da construção.

Figura 1.4. PIB e Sentimento Económico da UE e Área do Euro

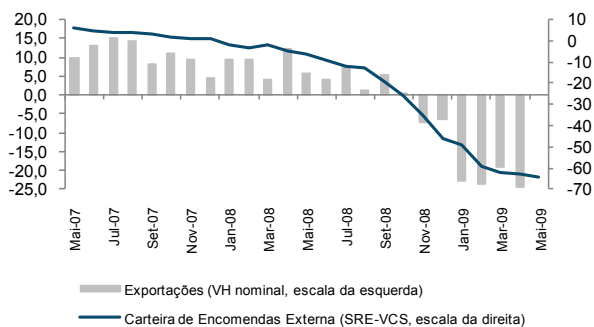


Fontes: CE; Eurostat.

Em Abril, os indicadores quantitativos para a área do euro continuaram a evoluir desfavoravelmente, com excepção das vendas a retalho, as quais apresentaram uma ligeira melhoria. Em termos homólogos:

- a produção industrial registou uma quebra de 20,5% (-18,6% em Março) e a taxa de utilização da capacidade produtiva da indústria transformadora diminuiu para 70,5% (74,7% em Janeiro);
- as exportações diminuíram 24,3% em termos nominais (-19,3% em Março);

Figura 1.5. Exportações e Encomendas Externa da Área do Euro



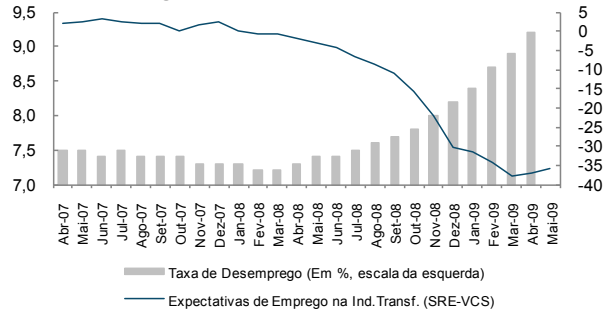
Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Quadro 1.2. Indicadores de Actividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008				2009	2009			
				1T	2T	3T	4T	1T	Fev	Mar	Abr	Mai
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	0,9	2,4	1,7	0,7	-1,6	-4,5	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	90,7	102,8	97,9	88,7	73,3	61,5	60,9	60,4	63,9	66,7
Área do Euro (AE-16) – PIB real	VH	Eurostat	0,7	2,2	1,5	0,5	-1,7	-4,8	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	91,1	101,4	97,5	89,9	75,8	65,7	65,3	64,7	67,2	69,3
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	-1,8	3,3	1,2	-2,3	-9,4	-17,7	-18,4	-18,6	-20,5	-
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	-0,8	0,5	-0,4	-1,3	-1,9	-2,9	-3,3	-2,8	-2,3	-
Taxa de Desemprego	%	"	7,6	7,2	7,4	7,6	8,0	8,7	8,7	8,9	9,2	-
IHPC	VH	"	3,3	3,4	3,6	3,8	2,3	1,0	1,2	0,6	0,6	0,0

- as vendas a retalho diminuíram 2,3% em termos reais (-2,8% em Março);
- a taxa de desemprego subiu para 9,2% (8,9% em Março), tendo este comportamento sido extensível a todos os países. As expectativas dos empresários quanto à criação de emprego melhoraram ligeiramente para todos os sectores.

Figura 1.6. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

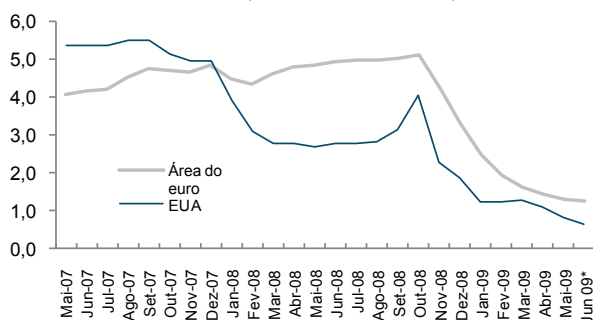
Em Maio, a taxa de inflação da área do euro diminuiu para um valor nulo em termos homólogos (0,6% em Abril) e para 2,1% em termos de variação média dos últimos 12 meses (2,5% em Abril). Para esta evolução contribuiu sobretudo a quebra homóloga registada nos preços de energia, de -8,8% em Abril para -11,6% em Maio.

Na área do euro, os custos horários do trabalho do total da economia (excluindo os sectores da Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Actividades) desaceleraram para 3,7% em termos homólogos nominais no 1º trimestre (4% no 4º trimestre de 2008).

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

As taxas de juro de curto prazo continuaram a diminuir na área do euro e nos EUA, situando-se a 19 de Junho em 1,2% e em 0,6%, respectivamente. Esta descida pelo 8º mês consecutivo traduz a gradual normalização das condições nos mercados monetários, após a intensificação de tensões no mercado financeiro em Setembro de 2008.

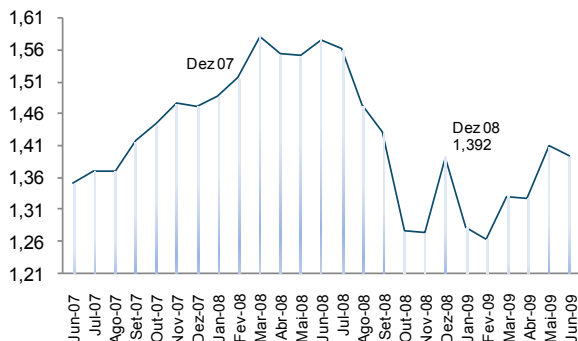
Figura 1.7. Taxa de Juro a 3 Meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fontes: BCE; IGCP. * Média até ao dia 19.

Em Maio, as taxas de juro de longo prazo subiram tanto nos EUA como na área do euro, reflectindo uma melhoria geral do sentimento dos operadores do mercado e uma maior apetência pelo risco por parte dos investidores.

Figura 1.8. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)

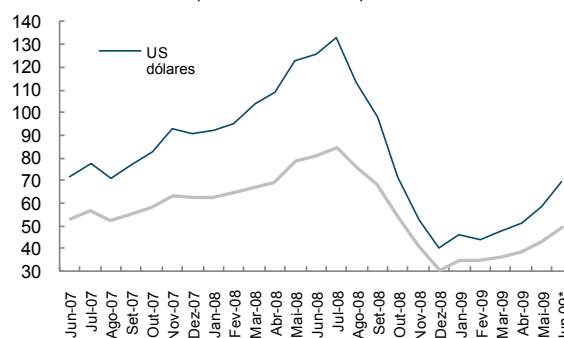


Fonte: Banco de Portugal. Para Junho, o valor é do dia 19.

Após uma apreciação significativa do euro face ao dólar em Maio, culminando no início de Junho para o valor mais elevado deste ano, assistiu-se a uma evolução ligeiramente descendente, tendo atingido o valor de 1,39 no dia 19 deste mês, representando uma depreciação de 1,2% face ao final do mês de Maio.

Em Junho e até dia 19, o preço do petróleo *Brent* subiu para cerca de 69 USD/bbl (50 €/bbl), prosseguindo a evolução dos meses precedentes, para a qual contribuiu, em parte, a criação de expectativas menos pessimistas relativamente à conjuntura mundial.

Figura 1.9. Preço médio Spot do Petróleo Brent (em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 19.

Em Maio, o índice de preços relativo do petróleo importado subiu para 40,6 (por memória, atingiu o valor de 100 durante a crise petrolífera de 1979).

O preço das matérias-primas não energéticas registou uma quebra de 26% em termos homólogos em Maio (-30% em Abril). Para esta diminuição menos acentuada contribuiu, sobretudo, alguma aceleração dos preços dos metais e dos produtos agrícolas, sendo os primeiros atribuídos ao aumento da procura proveniente da China e, os segundos por perturbações sociais na América Latina.

Quadro 1.3. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008				2009	2009			
				1T	2T	3T	4T	1T	Fev	Mar	Abr	Mai
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	2,93	4,73	4,95	5,28	2,93	1,51	1,83	1,51	1,37	1,27
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	3,65	3,65	3,87	3,85	3,24	2,72	2,86	2,81	2,90	3,29
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	4,30	4,12	4,50	4,55	4,04	3,87	3,91	3,83	3,82	3,93
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,392	1,581	1,576	1,430	1,392	1,331	1,264	1,331	1,328	1,410
Dow Jones*	VC	Yahoo	-33,8	-7,6	-7,4	-4,4	-19,1	-13,3	-11,7	7,7	7,3	4,1
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	-44,4	-17,5	-7,6	-9,4	-19,4	-15,4	-11,7	4,8	14,7	3,2
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	96,43	96,91	119,07	114,80	54,93	45,73	43,97	47,50	50,86	58,58
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	32,9	67,8	73,1	53,1	-38,1	-52,8	-53,7	-54,2	-53,4	-52,3
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	22,7	46,6	49,5	39,5	-31,8	-45,6	-46,6	-45,5	-44,3	-45,6
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	67,4	64,5	76,9	76,4	41,6	33,8	33,0	40,1	38,8	40,6

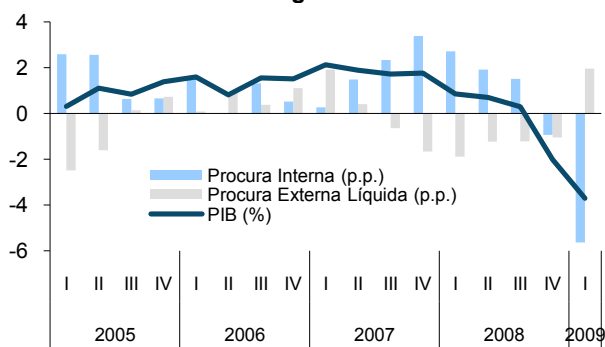
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent em 2009 corresponde à média diária do IGCP.

2. Conjuntura Nacional

Actividade Económica e Oferta

No 1º trimestre, de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE, o PIB registou uma quebra real de 3,7%, em termos homólogos (-2% no 4.º trimestre de 2008). Para este resultado concorreu a forte deterioração do contributo da procura interna, com destaque para a significativa diminuição ocorrida no investimento, não compensada pelo contributo positivo da procura externa líquida. Em relação ao trimestre anterior, o PIB caiu 1,6%.

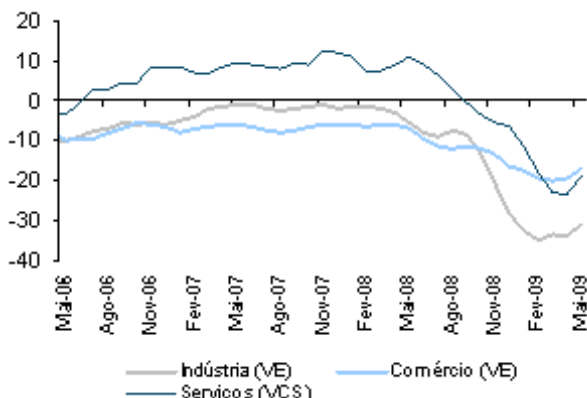
Figura 2.1. Contributos para a Taxa de Variação Homóloga do PIB



Fonte: INE.

Nos meses de Abril e Maio, em termos médios, a confiança dos empresários melhorou face ao trimestre anterior.

Figura 2.2. Indicadores de Confiança
(SRE, MM3)

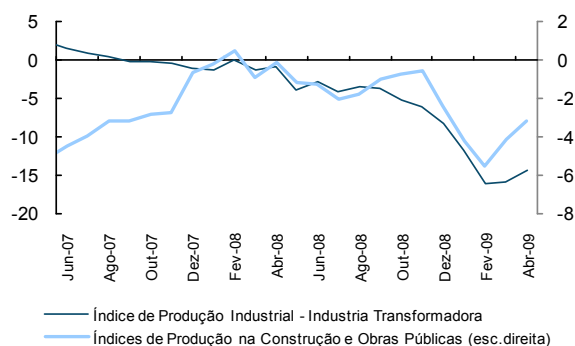


Fonte: INE.

Em Abril e em termos homólogos, os dados quantitativos disponíveis indicam que:

- na indústria transformadora os índices de produção e de volume de negócios apresentaram quebras de 13,1% e 22,6%, respectivamente (-10% e -18,7% em Março);
- o índice de produção na construção e obras públicas caiu 2,8% (-1,0% em Março);
- nos serviços, o índice de volume de negócios registou uma variação negativa de 14,3% (-10,3% em Março).

Figura 2.3. Índice de Produção
(MM3, VH, %)



Fonte: INE.

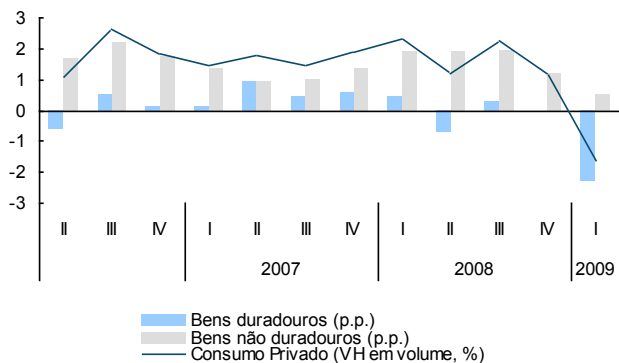
Quadro 2.1. Indicadores de Actividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008				2009	2009			
				1T	2T	3T	4T	1T	Fev	Mar	Abr	Mai
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	0,0	0,9	0,7	0,3	-2,0	-3,7	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	91,7	101,2	96,5	91,9	77,1	64,5	61,2	66,5	61,4	71,6
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VE	INE	-16	-2	-8	-8	-29	-34	-36	-30	-37	-27
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-9	-6	-9	-12	-16	-20	-21	-20	-17	-14
Indicador de Confiança dos Serviços	SRE-VCS	"	-7	8	9	-1	-6	-23	-25	-23	-22	-13
Indicador de Confiança da Construção	SRE-VE	"	-52	-38	-37	-41	-46	-49	-49	-49	-50	-43
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	-0,3	-1,3	-2,9	-3,6	-8,3	-15,9	-20,0	-10,0	-13,1	-
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	2,9	4,3	4,9	5,0	-9,8	-23,5	-27,4	-18,7	-22,6	-
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	2,4	4,3	2,9	2,4	-6,3	-13,7	-16,7	-10,3	-14,3	-

Consumo Privado

O consumo privado registou, durante o 1º trimestre do ano, uma diminuição homóloga de 1,7%, acompanhando a evolução desfavorável da economia nacional. Esta evolução está associada a uma forte contracção no consumo de bens duradouros (-18,9%), já que nos bens não duradouros se verificou um ligeiro crescimento (0,6%).

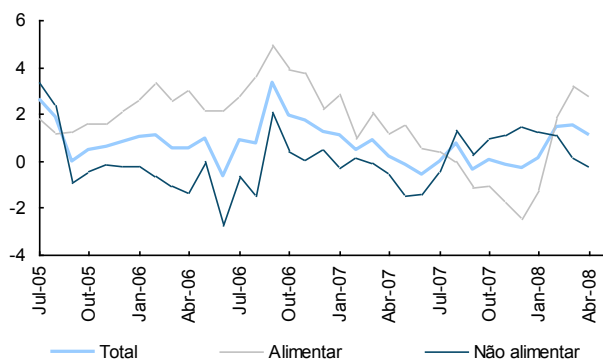
Figura 2.4. Crescimento Real do Consumo Privado e Principais Contributos (VH)



Fonte: INE.

Em Abril, o índice de volume de negócios no comércio a retalho registou uma variação homóloga de -2,2%, atenuando, assim, a quebra do mês anterior (-5,2%). Esta evolução foi motivada quer por uma menor diminuição na componente dos bens não alimentares, quer pelo comportamento positivo na de bens alimentares (crescimento homólogo de 1,4%).

Figura 2.5. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)



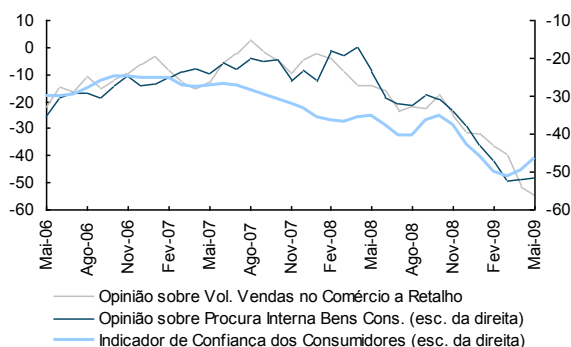
Fonte: INE.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008				2009	2009			
				1T	2T	3T	4T	1T	Fev	Mar	Abr	Mai
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	1,7	2,3	1,2	2,2	1,1	-1,7	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-38	-37	-37	-37	-43	-51	-54	-49	-45	-44
Volume de Vendas no Comércio a Retalho	VH	"	-20	-9	-16	-22	-31	-40	-47	-51	-56	-58
Índice de Vol. Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	0,2	1,3	0,7	0,1	-1,3	-3,7	-5,0	-5,2	-2,2	:
Bens alimentares	VH	"	2,6	2,8	2,2	3,5	2,0	-0,1	-2,1	-1,5	1,4	:
Bens não alimentares	VH	"	-1,7	0,1	-0,6	-2,5	-3,9	-6,5	-7,4	-8,2	-5,1	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	5,7	11,7	1,9	0,9	9,1	-42,5	-42,1	-42,1	-33,9	-33,6
Importações de bens de consumo***	VH	INE	3,8	4,2	3,6	5,4	2,2	-6,4	-10,2	-3,4	:	:

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300Kg; *** Exclui material de transporte.

Figura 2.6. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)

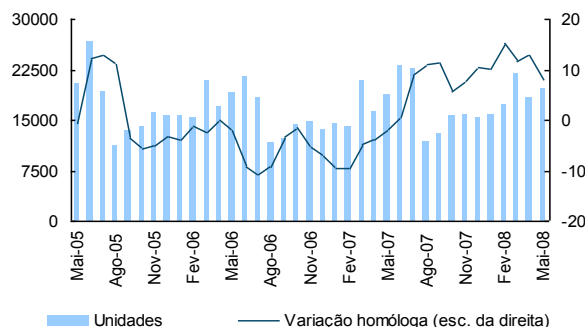


Fonte: INE.

Em Maio a confiança dos consumidores apresentou um novo movimento de subida, reflectindo sobretudo uma melhoria das perspectivas para a evolução da situação financeira das famílias e da economia nacional. No que toca às opiniões dos empresários, verificou-se uma evolução favorável na apreciação do comportamento da procura interna por bens de consumo, mas uma deterioração na avaliação feita à actividade no comércio a retalho.

No mesmo mês, as vendas de automóveis ligeiros de passageiros exibiram uma variação homóloga de -33,6%, fazendo com que no conjunto de Abril e Maio a diminuição homóloga das vendas tenha sido, em termos médios, cerca de 10p.p. inferior à que se verificou durante o 1º trimestre do ano.

Figura 2.7. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros

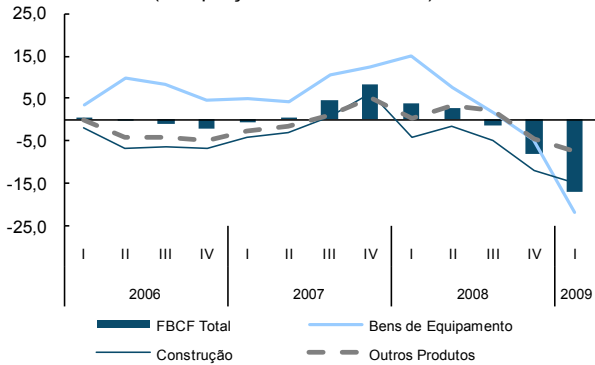


Fonte: ACAP.

Investimento

No 1º trimestre, a FBCF apresentou uma quebra real de 16,9%, de acordo com os dados das Contas Nacionais Trimestrais do INE. Para este resultado concorreu a evolução muito desfavorável de todas as componentes do investimento, com excepção do investimento em Agricultura, Silvicultura e Pescas.

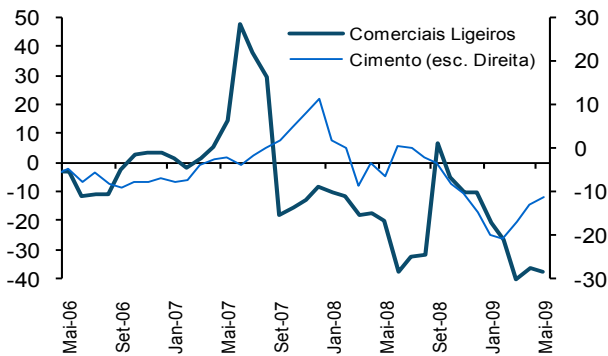
Figura 2.8. Formação Bruta de Capital Fixo
(VH, preços constantes 2000)



Fonte: INE.

Os dados disponíveis para os meses de Abril e Maio, apesar de permanecerem negativos, apresentaram uma ligeira melhoria face aos meses anteriores.

Figura 2.9. Indicadores de Investimento
(VH, MM3)

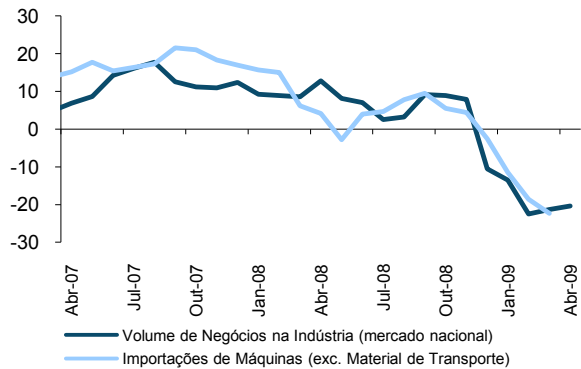


Fontes: ACAP, CIMPOR e SECIL.

Este comportamento reflecte uma evolução menos desfavorável em todas as componentes do investimento. Assim, em termos médios, nos meses de Abril e Maio:

- as vendas de cimento apresentaram uma quebra homóloga de 15,2% (-16,9% no 1.º trimestre);
- as vendas de veículos comerciais ligeiros registaram uma variação de -35,5% (-40,5% no 1.º trimestre);
- as opiniões dos empresários sobre a evolução das vendas de bens de investimento no comércio por grosso registaram um comportamento menos desfavorável face ao trimestre anterior.

Figura 2.10. Bens de Equipamento
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Em Abril, o índice de volume de negócios nas indústrias de bens de investimento para o mercado nacional registou uma quebra em termos homólogos de 20,7% (-21,3% no 1º trimestre).

No 1.º trimestre, as importações de Bens de Capital, excepto Material de Transporte, registaram uma quebra, em termos médios homólogos nominais, de 21,3% (-20,6% no 4º trimestre).

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

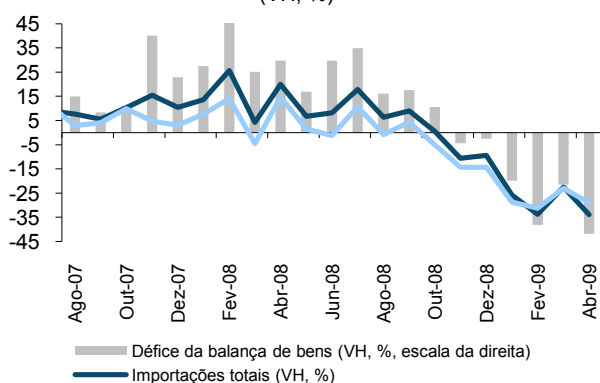
Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008				2009	2009			
				1T	2T	3T	4T	1T	Fev	Mar	Abr	Mai
FBCF – CN Trimestrais	VH Real	INE	-1,1	3,9	2,9	-1,2	-7,9	-16,9	:	:	:	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-6,6	-8,7	0,5	-3,4	-14,7	-16,9	-23,4	-2,4	-13,4	-17,1
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	-19,0	-18,3	-38,0	6,6	-10,2	-40,5	-38,3	-38,0	-32,7	-41,6
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	ACAP	-1,8	21,3	5,7	-3,5	-23,0	-38,9	-42,1	-51,8	-54,6	-33,6
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-18	-4	-18	-21	-30	-37	-42	-40	-22	-31
Licenças de Construção de fogos	VH	INE	-30,3	-19,4	-18,2	-37,6	-47,2	-49,2	-51,9	-31,7	-56,0	:
Importações de Bens de Capital**	VH	INE	416,8	7,6	6,7	10,6	-2,5	-22,3	-25,4	-16,0	:	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	INE	-12,2	2,0	-3,9	-21,6	-20,6	-21,3	-24,9	-15,9	-20,7	:

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado nacional

Contas Externas

Em Abril, a informação preliminar divulgada pelo INE no âmbito do SDDS indica a continuação de uma forte diminuição dos fluxos comerciais. Assim, em termos homólogos nominais, as exportações e as importações de bens apresentaram quebras de 29% e 33,9%, respectivamente. Dessa evolução, à semelhança dos meses anteriores, resultou uma quebra homóloga de 41,8%% do défice da balança de bens.

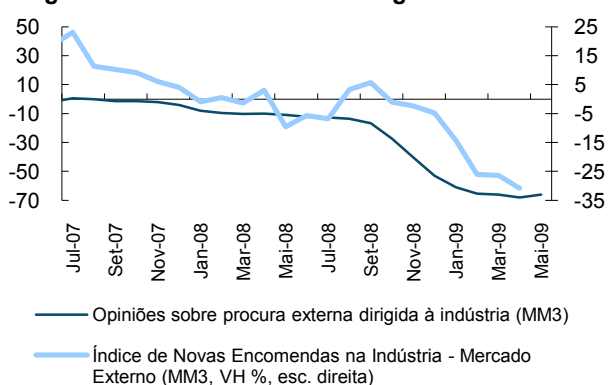
Figura 2.11. Fluxos e Défice da Balança de Bens
(VH, %)



Fonte: INE. Nota: Em Fevereiro incorpora informação do SDDS.

Os fluxos de mercadorias evoluíram a taxas similares para o espaço intra e extra comunitário.

Figura 2.12. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: Banco de Portugal.

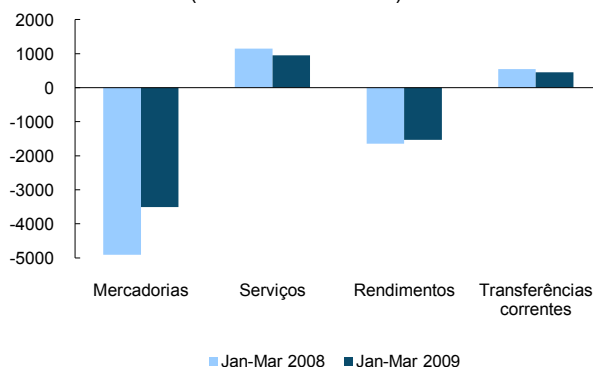
Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008				2009	2009			
				1T	2T	3T	4T	1T	Jan	Fev	Mar	Abr*
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	-0,5	7,3	5,4	5,1	-8,1	-23,5	-	-	-	-
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	2,1	13,8	11,6	10,9	-4,9	-25,3	-	-	-	-
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	-9,6	-9,3	-9,3	-10,6	-9,0	-6,5	-	-	-	-
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-10,3	-10,6	-10,3	-12,1	-8,1	-9,4	-	-	-	-
Saídas de mercadorias	VH nom	"	-7,2	5,2	4,6	5,4	-11,0	-27,7	-28,8	-31,3	-23,0	-29,0
Entradas de mercadorias	VH nom	"	-2,8	14,0	11,4	11,3	-6,4	-27,4	-25,8	-33,7	-22,5	-33,9

Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008		2009		Var. Ac.
				Mar	Jan-Mar	Mar	Jan-Mar	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BP	-17416,1	-353	-10.036	-1.187	-14.503	-1,7%
Saldo Balança de Bens	"	"	-21255,6	-1.169	-14.007	-1.525	-17.874	-18,9%
Saldo Balança de Serviços	"	"	6441	316	5.576	408	5.643	-18,7%
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-7817	-391	-5.505	-452	-6.374	-4,9%
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2467	328	2.294	47	2.096	-41,6%

* valores preliminares divulgados pelo INE no âmbito do SDDS.

Figura 2.13. Balança Corrente: Composição do Saldo
(em milhões de euros)



Fonte: Banco de Portugal

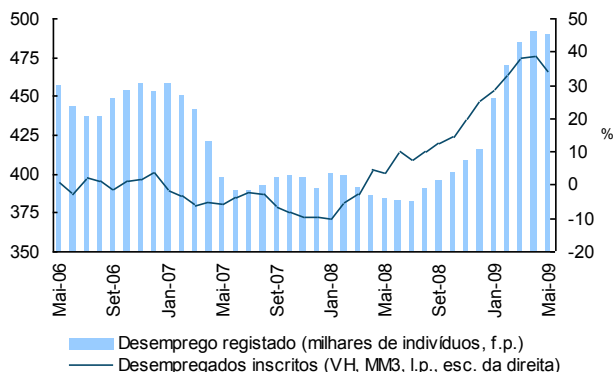
Nos primeiros 3 meses do ano, a balança corrente e de capital melhorou face ao trimestre homólogo, evolução explicada pelo comportamento mais favorável quer da balança de mercadorias quer da balança de rendimentos, enquanto as balanças de serviços e de transferências correntes apresentaram uma evolução mais desfavorável. No seu conjunto, a balança corrente apresentou um défice de 10%, em % do PIB, uma melhoria substancial face ao trimestre homólogo do ano anterior (-12,3% do PIB).

As necessidades de financiamento, medidas pelo saldo conjunto das Balanças Corrente e de Capital também melhoraram (tendo passado de -10,7% do PIB para -9,4% do PIB).

Mercado de Trabalho

Dando continuidade ao abrandamento verificado em Abril no fluxo de número de novos desempregados inscritos, em Maio este agregado voltou a exibir um movimento descendente, registando uma variação homóloga de 21,8%, um valor 4,4 p.p. menor que o do mês anterior. No conjunto destes dois meses o número de novos desempregados aumentou 24,1% em termos homólogos, o que representa um abrandamento significativo face ao 1º trimestre de 2009 (38,3%).

Figura 2.14. Desemprego

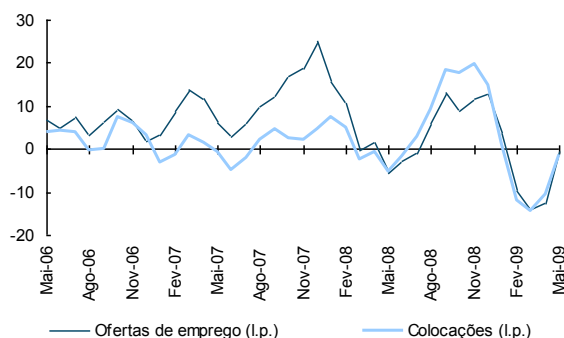


Fonte: IEFP.

Apesar do pronunciado abrandamento observado no ritmo de crescimento do número de novos desempregados, no final de Maio o desemprego registado ascendia a cerca de 489 mil indivíduos, apresentando assim um incremento de cerca de 5 mil desempregados face ao final do 1º trimestre do ano, e um aumento de cerca de 100 mil face à situação verificada no final de Maio de 2008.

As ofertas de emprego – que ao longo de Abril haviam registado uma quebra homóloga de 12,5% – retomaram em Maio o bom comportamento positivo do mês de Março, exibindo um crescimento de 11,6% face a Maio de 2008. As colocações evoluíram de maneira igualmente favorável, registando uma variação de 4,5% em termos homólogos, e dando continuidade à evolução ascendente que este indicador apresenta desde o final do 1º trimestre do ano.

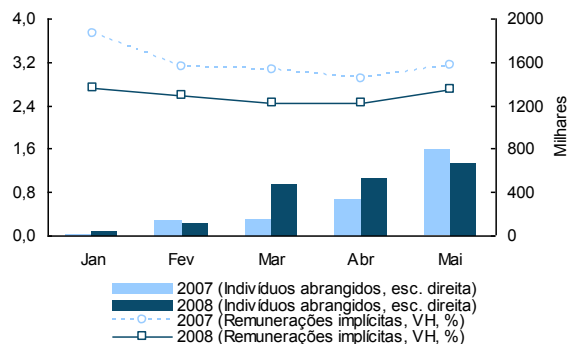
Figura 2.15. Ofertas de Emprego e Colocações (MM3, VH)



Fonte: IEFP.

Até ao final de Maio, as remunerações implícitas nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho registavam uma variação homóloga de 2,7%, acelerando significativamente em relação ao final do mês anterior (2,4%). O número de trabalhadores abrangidos por estes instrumentos ascendia, no final de Maio, a cerca de 667 mil, consubstanciando um aumento de cerca de 140 mil face ao mês anterior, mas ficando aquém do número verificado no final de Maio de 2008 (cerca de 788 mil trabalhadores).

Figura 2.16. Remunerações Implícitas na Contratação Colectiva (VHA, %)



Fonte: MTSS.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

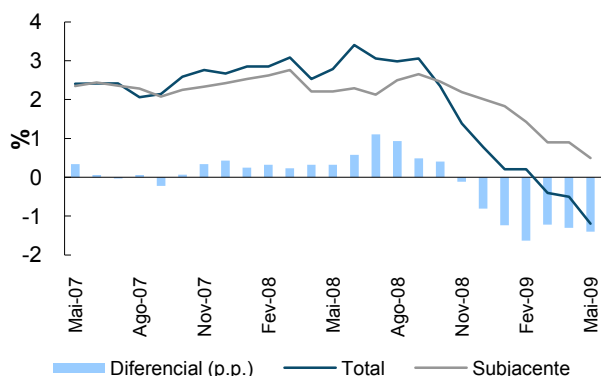
Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008				2009	2009			
				1T	2T	3T	4T	1T	Fev	Mar	Abr	Mai
Taxa de Desemprego	%	INE	7,6	7,6	7,3	7,7	7,8	8,9	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	0,5	1,1	1,4	-0,1	-0,2	-1,8	-	-	-	-
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	6,6	-11,4	-1,6	-0,7	6,6	23,8	17,7	23,8	27,3	27,6
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	11,1	-2,9	10,1	12,4	25,6	38,3	37,7	52,9	26,2	21,8
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	5,5	-0,4	-2,8	13,0	12,8	-14,1	-26,2	1,1	-12,5	11,6
Contratação Colectiva	VHA	MTSS	3,1	3,1	3,0	3,0	3,1	2,5	2,6	2,5	2,4	2,7
Índice do Custo do Trabalho* – Portugal	VH	INE	4,3	3,6	3,1	5,5	4,6	2,2	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* – AE15	VH	Eurostat	3,5	3,2	3,3	3,7	3,8	:	-	-	-	-

*Total, excluindo a Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Actividades; f.p. - no fim do período; l.p. - ao longo do período.

Preços

Em Maio, a taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) caiu para -1,2% (-0,5% em Abril). Excluindo energia e produtos alimentares não transformados, a inflação homóloga caiu para 0,5%. A inflação média dos últimos doze meses caiu para 1,3%.

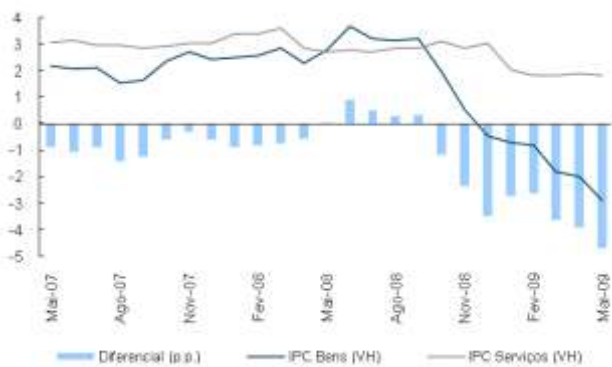
Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC Total e Subjacente
(VH, em %)



Fonte: INE.

Para a redução da taxa de variação homóloga do IPC contribuiu a queda dos preços na classe de Transportes (-6,2%) e, em menor grau, na classe dos Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas (-2,8%). De salientar que metade das classes de produtos evoluíram a taxas negativas.

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPC Bens e Serviços



Fonte: INE.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008				2009				
			Maio	Set.	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai
Índice de Preços no Consumidor *	VC	INE	0,5	0,5	-0,1	-0,7	-0,4	-0,7	0	0,8	0,2	-0,2
Índice de Preços no Consumidor *	VH	"	2,8	0,5	-0,1	-0,7	-0,4	0,2	0,2	-0,4	-0,5	-1,2
Índice de Preços no Consumidor *	VM12	"	2,6	3,1	2,3	1,4	0,8	2,4	2,1	1,9	1,6	1,3
IPC - Bens *	VH	"	2,8	2,9	2,9	2,7	2,6	-0,7	-0,8	-1,8	-2	-2,9
IPC - Serviços *	"	"	2,7	3,2	1,9	0,5	-0,4	2	1,8	1,8	1,9	1,8
IPC excl. aliment não transf. e energéticos *	"	"	2,2	2,9	3,1	2,9	3	1,8	1,4	0,9	0,9	0,5
IHPC **	"	Eurostat	2,8	3,2	2,5	1,4	0,8	0,1	0,1	-0,6	-0,6	-1,2
Diferencial IHPC vs +area do euro (VH) **	(p.p.)	Eurostat	-0,8	-0,4	-0,7	-0,7	-0,7	-1	-1,1	-1,1	-1,1	-1,3

* Quebra de série em Janeiro de 2009 para o ano base 2008; ** Valor preliminar

A descida da taxa de inflação explica-se pela variação homóloga do IPC de Bens, que caiu para -2,9%, 0,9 p.p. inferior ao valor registado em Abril. Nos serviços, a taxa de variação homóloga desceu ligeiramente para 1,8% (1,9% em Abril). O diferencial da taxa de variação entre o IPC de bens e o IPC de serviços aumentou para 4,7 p.p..

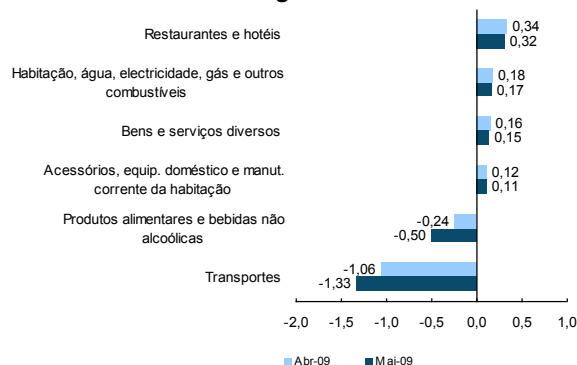
Figura 2.19. IHPC
(VH, em %)



Fontes: INE e Eurostat.

A taxa de variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) caiu para 1,2% no mês de Maio, 1,3 p.p. abaixo do verificado na área do Euro (0,0%). Esta taxa de variação é a segunda mais baixa da União Europeia (UE27) a seguir à da Irlanda (-1,7%). Nos 12 meses terminados em Maio, a taxa de variação média do IHPC em Portugal é de 1,3%, a mais baixa da UE27.

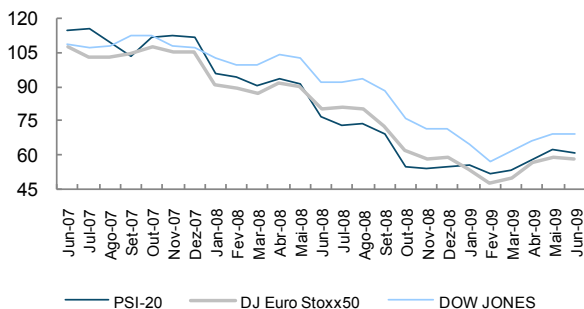
Figura 2.20. Principais Contributos para a Variação Homóloga do IHPC



Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Em Junho e pelo 4º mês consecutivo, registou-se alguma melhoria dos índices bolsistas internacionais. Em termos médios e, até 19 de Junho, os índices *DJ Euro Stoxx50* e *Dow Jones* subiram 25% e 23%, respectivamente, face ao final de Fevereiro (mês em que atingiu o mínimo do ano).

Figura 2.21. Índices Bolsistas
(Março 2007=100, fim do período)



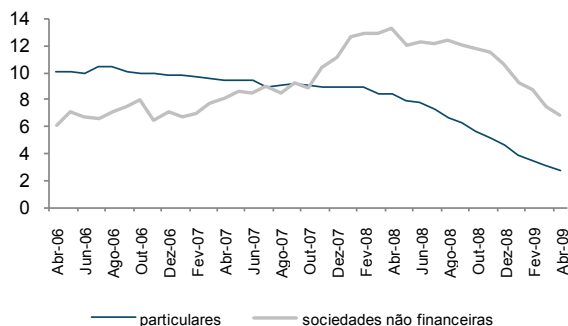
Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para Junho, o valor é do dia 19.

Em linha com a evolução favorável dos índices bolsistas internacionais, em termos médios e até ao dia 19 de Junho, o índice PSI-20 subiu 18% face ao final de Fevereiro. Em Maio, a capitalização bolsista total em Portugal registou um aumento, pelo 3º mês consecutivo, de 3,7% face ao mês precedente, devido à subida registada no segmento accionista (4,8%).

Em Abril, o ritmo de crescimento dos empréstimos ao sector privado não financeiro continuou a diminuir, em resultado do abrandamento do crédito destinado às empresas para 6,9% (7,5% em Março) e aos particulares para 2,7% (3,1% em Março).

Quanto ao crédito aos particulares, destaca-se a continuação da desaceleração do crédito à habitação e do crédito ao consumo.

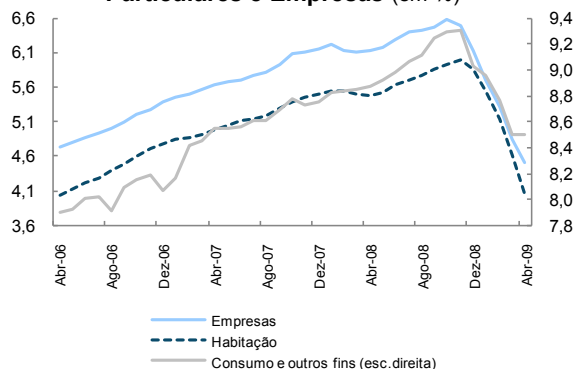
Figura 2.22. Empréstimos ao Sector Privado
(va, em %)



Fonte: Banco de Portugal.

As taxas de juro das operações do crédito diminuíram para as empresas não financeiras e para os particulares, tendo sido particularmente acentuada para estes últimos, as quais caíram para 5% em Abril (5,4% em Março) devido sobretudo à redução verificada no crédito à habitação em 55 p.b..

Figura 2.23. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

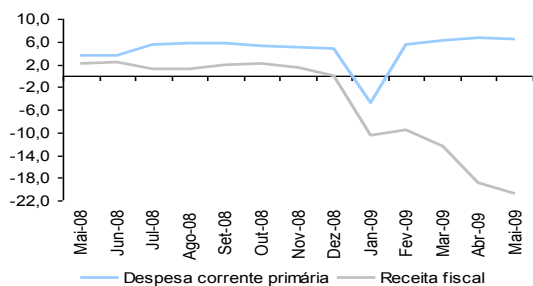
Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008				2009				
				Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	4,0	4,7	4,7	4,0	4,0	4,6	4,8	4,5	4,3	4,4
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	103	71	91	77	103	128	173	155	114	80
PSI 20*	VC	CMVM	-51,3	-6,6	-20,8	-0,9	0,6	1,5	-6,7	2,8	9,4	6,9
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	4,3	5,8	5,2	4,8	4,3	3,8	3,5	3,2	2,9	:
- para consumo	va**	"	8,9	12,0	10,6	10,0	8,9	8,6	7,7	6,5	5,6	:
Empréstimos a empresas	va**	"	10,6	12,0	11,8	11,5	10,6	9,3	8,7	7,5	6,9	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	5,86	5,86	5,93	5,99	5,86	5,55	5,13	4,62	4,07	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	6,13	6,46	6,59	6,50	6,13	5,71	5,33	4,85	4,51	:

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transacções mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas – Estado

Até Maio, o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 4330,7 milhões de euros, denotando uma deterioração de 3775,3 milhões de euros quando comparado com o período homólogo de 2008. O défice primário registou o valor de 2685,8 milhões de euros, 4028,1 milhões de euros acima do verificado no mesmo período de 2008.

Figura 2.24. Execução Orçamental do Estado (VHA, em %)



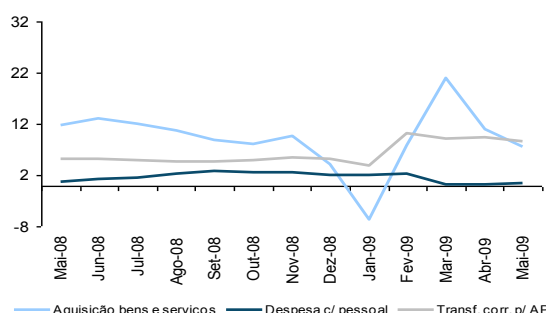
Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face ao mesmo período de 2008, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita fiscal em 20,7%, registando-se diminuições nas receitas dos impostos directos e indirectos de 21,9% e 19,8%, respectivamente. Este comportamento é fundamentado pelo decréscimo verificado na receita dos impostos indirectos IVA, imposto sobre veículos e imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos, juntamente com a menor receita dos impostos directos, IRS e IRC. A evolução da receita fiscal reflecte a contracção na actividade económica e o efeito de medidas de política. Se os efeitos das medidas de política forem descontados – como a aceleração do processo de reembolsos do IRS e do IVA, a redução da taxa normal do IVA ocorrida em Julho de 2008 e o aumento das transferências para outros subsectores – a receita fiscal registaria um decréscimo de 9,8%; e
- um acréscimo da despesa total em 4,2%, que traduz o crescimento da despesa corrente primária em 6,5% e da despesa de capital em 5,2%.

Contribuíram para o aumento da despesa corrente primária, sobretudo, as transferências correntes, que em termos comparáveis aumentaram 8,5%, os subsídios (89,3%) e a aquisição de bens e serviços (7,6%). A componente despesas com pessoal apresenta uma diminuição que reflecte a reclassificação da parcela do financiamento do OE destinada à cobertura do défice do sistema de pensões da CGA para transferências correntes, conforme previsto no OE para 2009. Assim, corrigindo igualmente deste efeito, a despesa com pessoal aumentou 0,4%, sendo que, as remunerações certas e permanentes diminuíram 0,2%. Os juros e outros encargos da dívida registaram um decréscimo de 13,3%.

Figura 2.25. Despesa do Estado – principais componentes (VHA, em %)



Nota: A despesa com o pessoal e transferências correntes para as AP encontram-se corrigidas da alteração metodológica referida.
Fonte: DGO e GPEARI.

Em 31 de Maio, a dívida directa do Estado situou-se nos 125,3 mil milhões de euros, registando um aumento de 648 milhões de euros face ao final do mês anterior. A variação da dívida reflectiu, essencialmente, a emissão líquida positiva de Obrigações do Tesouro, de CEDIC e de papel comercial (ECP); inversamente, verificou-se uma diminuição do stock de Certificados de Aforro e de Bilhetes do Tesouro.

Quadro 2.8. Movimento da Dívida do Estado (milhões de euros)

	30-Abr-09		Mai-09			31-Mai-09
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo	
Transaccionável	102 168	3 077	2 551	-36	102 658	
Bilhetes do Tesouro	14 054	1 675	2 551	0	13 179	
Obrigações do Tesouro	87 882	871	0	-36	88 717	
Não Transaccionável	22 486	3 686	3 528	0	22 645	
Certificados de Aforro	17 174	69	81	0	17 162	
CEDIC	5 215	3 169	2 992	0	5 392	
Total	124 655	6 763	6 079	-36	125 303	

Fonte: IGCP.

Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado

	2008		2009		2009			
	Jan a Mai		Jan a Mai		VHA (%)			
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig.* (%)		Fev	Mar	Abr	Mai
Receita Total	16991	13960	42,8	33,7	-8,9	-11,1	-16,6	-17,8
Receita Corrente	16723	13685	42,7	34,3	-8,2	-11,4	-17,4	-18,2
Impostos Directos	6663	5203	45,1	34,1	-7,3	-3,3	-16,2	-21,9
Impostos Indirectos	8496	6813	39,2	31,2	-10,5	-17,2	-20,7	-19,8
Despesa Total	17546	18291	37,4	37,3	3,7	4,9	4,4	4,2
Despesa Corrente Primária	14634	15579	37,7	39,6	5,5	6,2	6,6	6,5
Despesa Corrente	16532	17224	37,7	38,2	4,0	5,0	4,2	4,2
Despesa com Pessoal	5112	4113	36,5	38,5	-23,9	-21,1	-19,7	-19,5
Aquisição Bens e Serviços	384	413	23,7	28,1	7,7	20,9	10,9	7,6
Subsídios	70	132	6,1	19,1	36,3	172,2	112,4	89,3
Juros	1898	1645	37,6	28,9	-21,7	-16,5	-16,3	-13,3
Transferências corr. p/ AP	7704	9460	40,3	41,4	27,2	24,8	23,6	22,8
Saldo Global	-555	-4331	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	1342	-2686	-	-	-	-	-	-

Nota: * Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional.

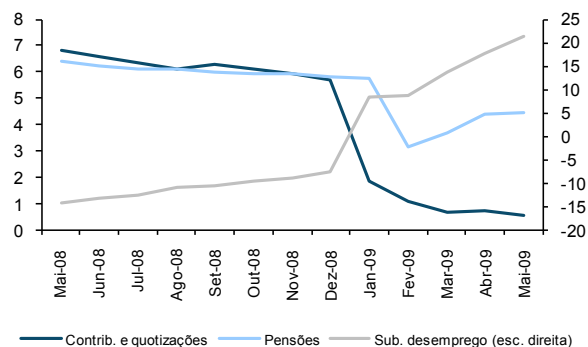
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Até Maio, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na óptica da contabilidade pública, foi de 1104,2 milhões de euros, menos 457,5 milhões de euros que no mesmo período de 2008.

A execução orçamental da Segurança Social, face ao período homólogo de 2008, caracterizou-se por:

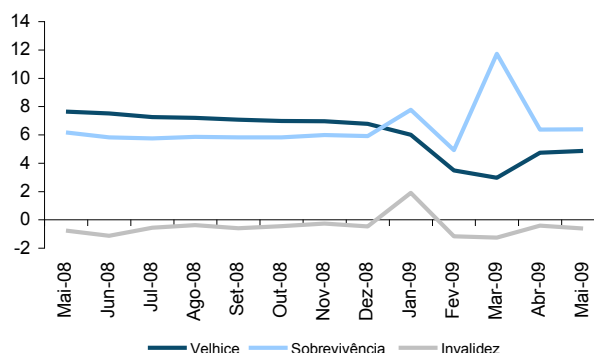
- um aumento da receita corrente em 3%, reflectindo a evolução das transferências correntes da Administração Central (13%) e das contribuições (0,6%); em sentido oposto, observou-se uma diminuição das transferências correntes do Fundo Social Europeu em 27,8%; e
- um acréscimo da despesa corrente em 9,8%. As rubricas que mais contribuíram para este resultado foram a despesa em prestações sociais, designadamente, pensões (4,5%), o subsídio de desemprego e apoio ao emprego (21,4%), o subsídio familiar a crianças e a jovens (30,6%), o subsídio por doença (3,8%) e, embora com menor peso, o complemento solidário para idosos (190,6%). As acções de formação profissional aumentaram (32%), sendo que as suportadas pelo Fundo Social Europeu cresceram 9%. Os aumentos nos subsídios de desemprego e por doença foram ambos acompanhados por um aumento no número de beneficiários.

Figura 2.26. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



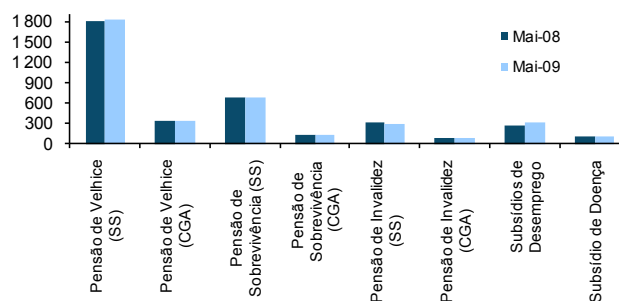
Fonte: MTSS.

Figura 2.27. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: MTSS.

Figura 2.28. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fonte: MTSS e CGA.

Até Maio, e na óptica da contabilidade pública, o excedente da Caixa Geral de Aposentações (CGA) foi de 53,9 milhões de euros, o qual compara com um défice de 101 milhões de euros no período homólogo do ano anterior. A receita corrente apresentou um aumento de 13,1%, reflectindo o aumento das transferências correntes recebidas do Estado e das contribuições. A despesa corrente aumentou 6,9% traduzindo, no essencial, a despesa em pensões que registou um acréscimo de 6,8 por cento.

Quadro 2.7. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações					
	2008		2009		2008		2009			
	Jan a Mai		Jan a Mai		Jan a Mai		Jan a Mai			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)		
Receita Total	8871	9123	2,8	40,0	38,5	2615	2957	13,1	34,8	38,8
Contribuições e quotizações	5216	5246	0,6	40,1	37,8	1355	1388	2,4	33,6	36,5
Transferências correntes da Adm. Central	2618	2958	13,0	41,0	43,5	1223	1541	26,0	36,0	41,9
Despesa Total	7309	8018	9,7	34,0	36,2	2716	2903	6,9	35,0	36,8
Pensões	4554	4757	4,5	35,0	34,8	2699	2883	6,8	35,1	36,8
Subsídio de Desemp. e Apoio ao Emprego	652	791	21,4	36,6	50,1	-	-	-	-	-
Prestações e Acção Social	1449	1686	16,4	36,3	41,0	-	-	-	-	-
Saldo Global	1562	1104	-	-	-	-101	54	-	-	-

Fontes: DGO e GPEARI.

Serviços e Fundos Autónomos

Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP

Até Maio, e na óptica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (excluindo o FRDP) foi de 909,8 milhões de euros, observando-se uma diminuição face ao período homólogo de 223,5 milhões de euros.

A execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos, face ao mesmo período do ano anterior, caracterizou-se por:

- um aumento na receita de 1,6%, repercutindo o crescimento da receita corrente em 1,8% e a diminuição da receita de capital. A composição da receita corrente está no entanto influenciada pela reclassificação da parcela do financiamento do OE destinada à cobertura do défice do sistema de pensões da CGA de contribuições para transferências correntes recebidas de outros sectores da Administração Pública; e
- um aumento da despesa em 4,5%. A despesa corrente exhibe um aumento de 4,1%, fundamentado pelo acréscimo da aquisição de bens e serviços (18,2%), das outras despesas correntes (91,7%), e, por último, das transferências correntes (3,2%), reflectindo a evolução da despesa em pensões e abonos da CGA. Compensando parcialmente estes aumentos, constata-se uma diminuição nas componentes despesas com pessoal (-18,6%) e subsídios atribuídos (-22,5%). A despesa de capital registou um acréscimo de 12%, reflectindo o aumento de 29,8% das transferências de capital.

Serviço Nacional de Saúde

Nos primeiros cinco meses de 2009, o excedente global do Serviço Nacional de Saúde, na componente integrada nos serviços da administração pública, foi de 300,9 milhões de euros, observando-se uma diminuição de 225,1 milhões de euros face ao registado no mesmo período do ano anterior.

A execução orçamental do Serviço Nacional de Saúde, face ao período homólogo do ano anterior, caracterizou-se por:

- um crescimento de 2,5% na receita, devido maioritariamente aos aumentos verificados nas transferências correntes recebidas (3,7%); e
- um aumento da despesa em 10,7%, justificado, principalmente, pelo aumento da aquisição de bens e serviços (22,3%) e, com menor peso, das outras despesas correntes (73,3%), das transferências correntes (24,1%) e das transferências de capital. Em sentido inverso, constataram-se decréscimos na despesa com pessoal e nos juros e outros encargos. A evolução da despesa corrente repercute, em parte, os efeitos das operações de empresarialização ocorridas em Setembro de 2008, que se traduzem numa diminuição da despesa com o pessoal e num aumento da aquisição de bens e serviços.

Quadro 2.8. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos (inclui SNS)				Serviço Nacional de Saúde			
	2008	2009	2009		2008	2009	2009	
	Jan a Mai		Abr	Mai	Jan a Mai		Abr	Mai
	10 ⁶ euros		VHA (%)		10 ⁶ euros		VHA (%)	
Receita Total	9 286	9 432	2,1	1,6	3 441	3 527	3,2	2,5
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	2 296	1 388	-39,4	-39,5	-	-	-	-
Transferências correntes da Adm. Central	4 508	6 011	34,1	33,3	3 292	3 375	2,5	2,5
Despesa Total	8 153	8 522	4,3	4,5	2 915	3 226	13,1	10,7
Despesa com pessoal	1 314	1 070	-21,5	-18,6	586	332	-49,8	-43,4
Aquisição de bens e serviços	2 500	2 955	15,0	18,2	2 152	2 630	17,9	22,3
Transferências correntes	3 451	3 560	3,1	3,2	64	79	152,4	24,1
Saldo Global	1 133	910	-	-	526	301	-	-

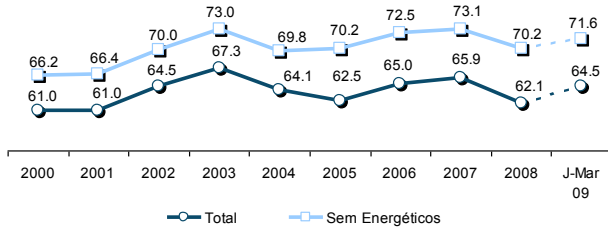
Fonte: DGO.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos últimos 12 meses a terminar em Março de 2009, as saídas ^[3] de mercadorias (comércio Intra + Extra UE) decresceram 7,6% em termos homólogos, e as entradas 3,4% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Entradas pelas Saídas de Mercadorias (%)



Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial

Intra + Extra UE (milhões de Euros)	Janeiro a Março			VH
	2008	2009	VH	Últimos 12 meses
Saídas (fob)	9 997	7 228	-27.7	-7.6
Entradas (cif)	15 431	11 200	-27.4	-3.4
(fob)	14 734	10 694	-27.4	-3.4
Saldo (fob-cif)	- 5 434	- 3 973	-26.9	4.3
(fob-fob)	- 4 736	- 3 466	-26.8	5.4
Cobertura (fob/cif)	64.8	64.5	-	-
(fob/fob)	67.9	67.6	-	-
Sem energéticos:				
Saídas (fob)	9 439	6 996	-25.9	-7.9
Entradas (cif)	12 915	9 769	-24.4	-4.8
(fob)	12 331	9 327	-24.4	-4.8
Saldo (fob-cif)	- 3 476	- 2 773	-20.2	3.3
(fob-fob)	- 2 893	- 2 331	-19.4	4.9
Cobertura (fob/cif)	73.1	71.6	-	-
(fob/fob)	76.5	75.0	-	-
Extra UE (milhões de Euros)	Janeiro a Abril			VH
	2008	2009	VH	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	3 108	2 375	-23.6	0.9
Importações (cif)	5 449	3 302	-39.4	-8.1
(fob)	5 202	3 153	-39.4	-8.1
Saldo (fob-cif)	- 2 340	- 927	-60.4	-21.4
(fob-fob)	- 2 094	- 777	-62.9	-23.1
Cobertura (fob/cif)	57.0	71.9	-	-
(fob/fob)	59.7	75.3	-	-

Nota 1: Os dados do comércio Extra-UE, na base do quadro, já disponíveis para o período de Janeiro a Abril, são distintos dos implícitos acima no comércio Intra+Extra, que são uma versão preliminar do período de Janeiro a Março.

Nota 2: Factor de conversão cif-fob utilizado: 0.9548

[1] Informação mais desagregada encontra-se disponível no "site" do GEE em "Síntese Estatística do Comércio Internacional": www.gee.min-economia.pt

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra + Extra-UE) divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística para o período de Janeiro a Março de 2009 e os do comércio extra-comunitário relativos ao período de Janeiro a Abril de 2009, correspondem a primeiras versões. Os dados relativos a 2008, são os implícitos numa primeira versão do ano. No que respeita ao comércio intracomunitário, em ambos os anos estão incluídas estimativas do INE do valor abaixo dos limiares de assimilação (limiar anual abaixo do qual os operadores intracomunitários estão dispensados de declaração *Intrastat*, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 400 mil euros para as chegadas e 550 mil para as expedições, em 2009, o que corresponderá a uma taxa de cobertura do comércio Intracomunitário de 95% nas chegadas e de 97% nas expedições), bem como estimativas das não-respostas (valor das transacções das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação).

[3] A designação "saídas" traduz o somatório das "expedições" para o espaço comunitário com as "exportações" para os países terceiros. Paralelamente, "entradas" corresponde à acumulação das "chegadas" com origem nos países comunitários, com as "importações" provenientes dos países terceiros.

Excluindo os produtos energéticos, verifica-se que no mesmo período as saídas decresceram 7,9% e as entradas 4,8%.

No primeiro trimestre de 2009, excluindo os produtos energéticos, as saídas acusaram uma diminuição, face ao período homólogo do ano anterior, de 27,7%, tendo as entradas registado uma descida de 27,4%.

Neste período, a taxa de cobertura (Fob/Cif) das entradas pelas saídas de mercadorias foi de 64,5% (71,6% excluindo os produtos energéticos) (Figura 3.1).

Segundo dados preliminares disponíveis para o período de Janeiro a Abril de 2009, referentes ao comércio extracomunitário, as exportações para os países terceiros e as importações daí provenientes terão decrescido respectivamente 23,6% e 39,4% (Quadro 3.1).

Quadro 3.2. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	ENTRADA (Cif)			SAÍDA (Fob)		
	2008	2009	VH	2008	2009	VH
Janeiro	5 012	3 720	-25.8	3 330	2 373	-28.8
Fevereiro	5 308	3 517	-33.7	3 375	2 320	-31.3
Março	5 111	3 963	-22.5	3 291	2 535	-23.0
Abril	5 462			3 383		
Maio	5 363			3 337		
Junho	5 202			3 309		
Julho	5 744			3 791		
Agosto	4 481			2 421		
Setembro	5 207			3 269		
Outubro	5 340			3 244		
Novembro	4 748			2 885		
Dezembro	4 197			2 325		
1º Trimestre	15 431	11 200	-27.4	9 997	7 228	-27.7
2º Trimestre	16 027			10 030		
3º Trimestre	15 431			9 480		
4º Trimestre	14 285			8 454		

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2008 - 1ª versão do ano; 2009 - versão preliminar.

Saídas de Mercadorias

Nos últimos 12 meses a terminar em Março, as saídas de mercadorias registaram, face ao período homólogo do ano anterior, uma descida de 7,6% (Quadro 3.3).

Neste período assinala-se um crescimento nas saídas de "Agro-alimentares" (+7,2%).

Em todos os restantes grupos de produtos se registaram descidas: "Material de transporte" (-13,0%), "Peles, Couros e Têxteis" (-11,7%), "Máquinas" (-11,4%), "Químicos" (-9,1%), "Madeira, Cortiça e Papel" (-9,1%), "Minérios e Metais" (-8,6%), "Vestuário e Calçado" (-8,0%), "Produtos Acabados Diversos" (-3,6%) e "Energéticos" (-1,4%).

As saídas do grupo "Vestuário e Calçado" reflectiram uma descida de 1,9% na componente "calçado" e diminuições nas componentes "vestuário de malha" e "vestuário excepto de malha" respectivamente de 11,4% e 10,4%.

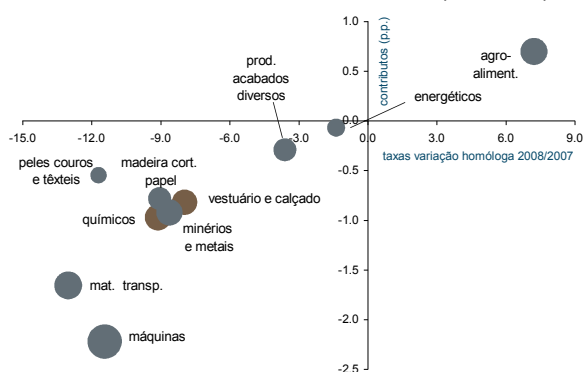
Para a acentuada redução das exportações de Energéticos, verificada no período de Janeiro a Março (-58,5%), terá contribuído a paralisação da refinaria da Galp de Sines na 2ª quinzena de Janeiro, na sequência de um incêndio. A refinaria voltou a funcionar no final de Fevereiro.

Ponderando os pesos no total, o único contributo positivo para a taxa de crescimento das saídas de mercadorias nos últimos 12 meses (-7,6%) coube ao grupo "Agro-alimentares" (0,7 p.p.) (Figura 3.2 e Quadro 3.3).

Contributos negativos deram os restantes grupos de produtos: "Máquinas" (-2,2 p.p.), "Material de transporte" (-1,7 p.p.), Químicos (-1,0 p.p.), "Minérios e metais" (-0,9 p.p.), "Vestuário e Calçado" (-0,8 p.p.), "Madeira, Cortiça e Papel" (-0,8 p.p.), "Peles, Couros e Têxteis" (-0,5 p.p.) e "Produtos acabados diversos" (-0,3 p.p.).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Saídas por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em Março de 2009 (Total: -7.6%)



Nota: A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das saídas no período.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2008 - primeira versão do ano; 2009 - versão preliminar.

Quadro 3.3. Saídas * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos				
	Jan-Mar		Anual		Jan-Mar		média anual 03-08**	últimos 12 meses		Jan-Mar	
	2008	2009	2003	2008**	2008	2009		VH	contrib. p.p.[1]	VH	contrib. p.p.[1]
Total das Saídas	9 997	7 228	100.0	100.0	100.0	100.0	5.5	-7.6	-7.6	-27.7	-27.7
000 Agro-Alimentares	938	864	7.8	10.4	9.4	12.0	12.0	7.2	0.7	-7.9	-0.7
100 Energéticos	558	232	2.4	6.1	5.6	3.2	26.6	-1.4	-0.1	-58.5	-3.3
200 Químicos	1 032	758	8.7	10.7	10.3	10.5	9.9	-9.1	-1.0	-26.5	-2.7
300 Madeira, Cortiça e Papel	848	653	9.6	8.4	8.5	9.0	2.8	-9.1	-0.8	-23.0	-2.0
400 Peles, Couros e Têxteis	437	335	6.1	4.4	4.4	4.6	-1.1	-11.7	-0.5	-23.5	-1.0
500 Vestuário e Calçado	1 073	895	15.7	9.7	10.7	12.4	-4.2	-8.0	-0.8	-16.6	-1.8
600 Minérios e Metais	1 052	700	6.6	10.7	10.5	9.7	16.3	-8.6	-0.9	-33.4	-3.5
700 Máquinas	1 911	1 219	19.7	19.3	19.1	16.9	5.1	-11.4	-2.2	-36.2	-6.9
800 Material de Transporte	1 338	893	15.3	12.6	13.4	12.4	1.4	-13.0	-1.7	-33.3	-4.5
900 Produtos Acabados Diversos	811	679	8.0	7.7	8.1	9.4	4.6	-3.6	-0.3	-16.2	-1.3

Por memória:

Total sem energéticos	9 439	6 996	97.6	93.9	94.4	96.8	4.7	-7.9	-7.5	-25.9	-24.4
-----------------------	-------	-------	------	------	------	------	-----	------	------	-------	-------

* Somatório das "Expedições" de mercadorias para a UE com as "Exportações" para Países Terceiros

** O ano de 2008 aqui considerado não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas para ser comparável com 2003.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: TVH x peso no período homólogo anterior + 100

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2008 - 1ª versão do ano; 2009 - versão preliminar.

Nos últimos 12 meses, as expedições para o mercado comunitário decresceram 11,4%, cabendo uma redução de 12,0% aos países da UE-15 e um aumento de 1,6% aos 12 países do alargamento. Por sua vez, as exportações para os países terceiros aumentaram 4,8% (Quadro 3.4).

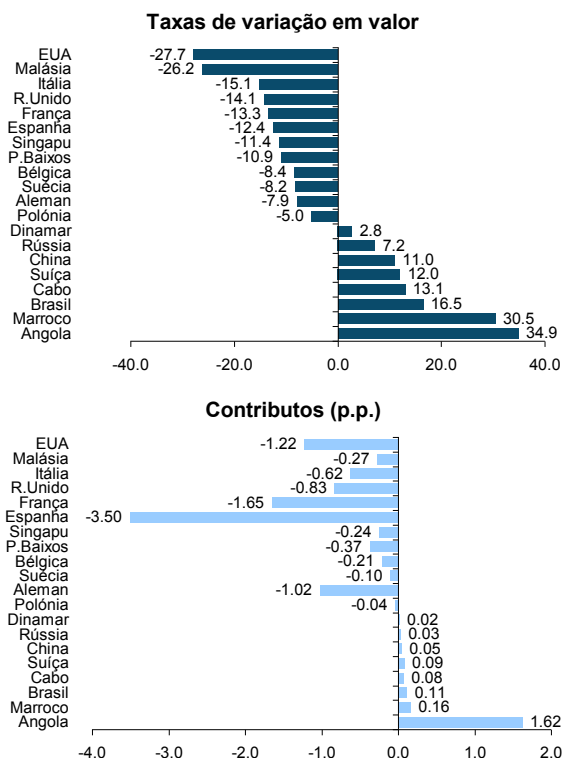
Neste período, destaca-se, entre os países terceiros, o incremento das exportações portuguesas para Angola (+34,9%), Marrocos (+30,5%), Brasil (+16,5%), Cabo Verde (+13,1%) e Suíça (+12,0%). Assinalam-se diminuições nas exportações para os EUA (-27,7%), Malásia (-26,2%) e Singapura (-11,4%).

No contexto da UE-15 a descida foi generalizada a todos os principais mercados, tendo ocorrido os ritmos de redução mais significativos nas expedições para Itália (-15,1%), o Reino Unido (-14,1%), França (-13,3%) e Espanha (-12,4%) e Países Baixos (-10,9%). Descidas da ordem dos 8% verificaram-se nas expedições para a Alemanha, Bélgica e Suécia.

Ponderando os pesos no total, o maior contributo para o crescimento da taxa de variação das saídas de mercadorias nos últimos 12 meses, em termos de mercados de destino (-7,6 p.p.), coube a Angola (1,6 p.p.). Marrocos contribuiu com 0,2 p.p. e, com 0,1 p.p. cada, assinalam-se os contributos do Brasil, Suíça e Cabo Verde (Figura 3.3 e Quadro 3.4).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Saídas para uma Selecção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em Março de 2009



Quadro 3.4. Evolução das Saídas de Mercadorias com Destino a uma Selecção de Mercados

Intra + Extra-UE (Fob)

Valores em milhões de euros

Destino	Jan-Mar		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]				
	2008	2009	anual		Jan-Mar		média anual 03-08*	12 meses [1]		Jan-Mar	
			2003	2008*	2008	2009		VH	contrib. p.p.[2]	VH	contrib. p.p.[2]
TOTAL	9 997	7 228	100.0	100.0	100.0	100.0	5.5	-7.6	-7.6	-27.7	-27.7
Intra UE-27	7 701	5 433	81.0	72.9	77.0	75.2	3.3	-11.4	-8.7	-29.5	-22.7
dos quais:											
UE-15	7 444	5 243	79.4	70.2	74.5	72.5	3.0	-12.0	-8.8	-29.6	-22.0
Espanha	2 833	1 923	23.8	26.4	28.3	26.6	7.7	-12.4	-3.5	-32.1	-9.1
Alemanha	1 334	991	14.8	13.1	13.3	13.7	3.0	-7.9	-1.0	-25.7	-3.4
França	1 255	907	13.2	11.5	12.5	12.6	2.6	-13.3	-1.6	-27.7	-3.5
R.Unido	539	376	10.3	5.5	5.4	5.2	-6.9	-14.1	-0.8	-30.3	-1.6
Itália	398	287	4.7	3.8	4.0	4.0	0.8	-15.1	-0.6	-27.9	-1.1
P.Baixos	331	226	3.8	3.2	3.3	3.1	2.4	-10.9	-0.4	-31.7	-1.0
Bélgica	252	181	4.4	2.5	2.5	2.5	-6.1	-8.4	-0.2	-28.2	-0.7
Suécia	124	107	1.3	1.2	1.2	1.5	3.5	-8.2	-0.1	-13.7	-0.2
Dinamarca	66	69	0.9	0.7	0.7	1.0	1.2	2.8	0.0	4.5	0.0
Alargamento	257	190	1.7	2.7	2.6	2.6	16.0	1.6	0.0	-26.1	-0.7
Polónia	81	54	0.5	0.8	0.8	0.7	14.1	-5.0	0.0	-33.0	-0.3
Extra UE-27	2 296	1 795	19.0	27.1	23.0	24.8	13.3	4.8	1.1	-21.8	-5.0
dos quais:											
Angola	458	579	2.3	6.2	4.6	8.0	28.4	34.9	1.6	26.4	1.2
EUA	355	223	5.7	3.6	3.6	3.1	-3.5	-27.7	-1.2	-37.2	-1.3
Singapura	210	55	0.8	2.4	2.1	0.8	30.2	-11.4	-0.2	-73.9	-1.5
Malásia	104	16	0.1	1.0	1.0	0.2	67.6	-26.2	-0.3	-84.9	-0.9
Brasil	61	50	0.5	0.9	0.6	0.7	19.9	16.5	0.1	-19.2	-0.1
Suíça	71	75	1.0	0.8	0.7	1.0	0.3	12.0	0.1	5.1	0.0
Marrocos	50	45	0.5	0.7	0.5	0.6	16.2	30.5	0.2	-11.7	-0.1
Cabo Verde	57	52	0.5	0.7	0.6	0.7	13.6	13.1	0.1	-7.9	0.0

Por memória:

Rússia	48	24	0.1	0.5	0.5	0.3	37.0	7.2	0.0	-49.8	-0.2
China	39	39	0.5	0.5	0.4	0.5	4.1	11.0	0.0	0.2	0.0
PALOP	550	672	3.1	7.3	5.5	9.3	25.0	30.5	1.7	22.0	1.2
EFTA	104	102	1.9	1.1	1.0	1.4	-4.9	7.8	0.1	-2.0	0.0

* O ano de 2008 na estrutura anual e na média anual 2003-2008 não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas para ser comparável [1] (Abr 08-Mar 09) / (Abr 07-Mar 08) x 100 - 100.

[2] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) + 100.

Nota: Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2008.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2008 - 1ª versão do ano; 2009 - versão preliminar.

Entradas de Mercadorias

Nos últimos 12 meses a terminar em Março de 2009, as entradas de mercadorias registaram, face ao período homólogo anterior, uma redução de 3,4% (Quadro 3.5).

Ponderando os pesos no total das entradas, os contributos positivos para este resultado incidiram nos grupos de produtos “Energéticos” (+0,7 p.p.), e “Agro-alimentares” (+0,4 p.p.).

Todos os restantes grupos apresentaram contributos negativos: “Material de transporte” (-1,6 p.p.), “Minérios e metais” (-0,9 p.p.), “Têxteis, Vestuário e Calçado” (-0,6 p.p.), “Máquinas” (-0,7 p.p.), “Peles, Madeira, Cortiça e Papel” (-0,4 p.p.), “Químicos” (-0,2 p.p.), e “Produtos acabados diversos” (-0,1 p.p.).

No primeiro trimestre de 2009, a UE-27 foi a origem de 78,1% das entradas de mercadorias, cabendo 75,8% aos países da UE-15 e 2,3% aos doze países do alargamento (Quadro 3.5).

Destacaram-se, pelo seu peso, as entradas provenientes de Espanha (32,1%), da Alemanha (13,0%) e de França (8,8%). As importações com origem nos países da OPEP, onde já se inclui Angola, representaram 4,9% do total.

Quadro 3.5. Entradas de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]				
	Jan-Mar		Anual		Jan-Mar		média anual 03-08**	12 meses [1]		Jan-Mar	
	2008	2009	2003	2008**	2008	2009		VH	contrib. p.p.[2]	VH	contrib. p.p.[2]
TOTAL DAS ENTRADAS	15 431	11 200	100.0	100.0	100.0	100.0	7.1	-3.4	-3.4	-27.4	-27.4
Grupos de Produtos											
000-Agro-Alimentares	1 897	1 643	13.0	13.0	12.3	14.7	7.0	3.2	0.4	-13.4	-1.6
100-Energéticos	2 516	1 431	10.1	17.5	16.3	12.8	19.5	4.5	0.7	-43.1	-7.0
200-Químicos	2 075	1 776	14.1	13.4	13.4	15.9	5.9	-1.3	-0.2	-14.4	-1.9
300-Peles, Mad, Cortiça e Papel	688	533	5.5	4.3	4.5	4.8	1.9	-9.5	-0.4	-22.6	-1.0
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	1 081	870	8.3	5.9	7.0	7.8	0.1	-8.5	-0.6	-19.4	-1.4
500-Minérios e Metais	1 502	928	8.7	9.9	9.7	8.3	9.9	-9.2	-0.9	-38.2	-3.7
600-Máquinas [3]	2 829	2 144	21.1	19.1	18.3	19.1	5.0	-3.5	-0.7	-24.2	-4.4
700-Material de Transporte [4]	2 007	1 154	13.1	11.7	13.0	10.3	4.6	-12.7	-1.6	-42.5	-5.5
800-Prod. Acabados Diversos	837	721	6.0	5.3	5.4	6.4	4.1	-1.9	-0.1	-13.9	-0.8
Total sem energéticos	12 915	9 769	89.9	82.5	83.7	87.2	5.2	-4.8	-4.1	-24.4	-20.4
Mercados de origem											
Intra UE-27	11 449	8 751	79.4	72.4	74.2	78.1	5.1	-4.1	-3.0	-23.6	-17.5
dos quais:											
UE-15	11 180	8 492	77.7	70.5	72.5	75.8	5.0	-4.4	-3.2	-24.0	-17.4
Espanha	4 729	3 596	30.0	30.1	30.6	32.1	7.1	-2.8	-0.9	-24.0	-7.3
Alemanha	1 897	1 457	14.6	12.1	12.3	13.0	3.1	-5.5	-0.7	-23.2	-2.9
França	1 433	986	9.8	8.3	9.3	8.8	3.6	-10.4	-0.9	-31.2	-2.9
Itália	816	642	6.4	5.1	5.3	5.7	2.3	-3.2	-0.2	-21.4	-1.1
P.Baixos	683	560	4.7	4.6	4.4	5.0	6.6	-1.4	-0.1	-18.0	-0.8
R.Unido	493	380	4.9	3.2	3.2	3.4	-1.8	-6.8	-0.2	-22.8	-0.7
Bélgica	408	348	2.9	2.7	2.6	3.1	5.4	-5.8	-0.2	-14.8	-0.4
Suécia	205	163	1.2	1.3	1.3	1.5	8.8	10.6	0.1	-20.5	-0.3
Alargamento	268	259	1.7	1.9	1.7	2.3	9.1	10.2	0.2	-3.5	-0.1
Extra UE-27	3 982	2 449	20.6	27.6	25.8	21.9	13.5	-1.4	-0.4	-38.5	-9.9
dos quais:											
Nigéria	511	208	1.6	2.9	3.3	1.9	21.0	5.5	0.1	-59.4	-2.0
Brasil	334	131	1.6	2.3	2.2	1.2	15.6	-20.3	-0.5	-60.9	-1.3
China	281	271	0.9	2.3	1.8	2.4	29.3	19.0	0.4	-3.8	-0.1
EUA	312	207	1.9	1.8	2.0	1.9	5.5	-10.2	-0.2	-33.6	-0.7
Líbia	225	60	0.9	1.7	1.5	0.5	22.4	-3.9	-0.1	-73.3	-1.1
Argélia	132	62	0.5	1.2	0.9	0.6	26.5	11.8	0.1	-53.3	-0.5
Noruega	119	198	1.3	1.2	0.8	1.8	5.0	21.9	0.2	66.1	0.5
Arábia Saud.	143	106	0.8	1.1	0.9	0.9	16.4	28.5	0.2	-25.9	-0.2
Japão	142	97	1.6	1.0	0.9	0.9	-2.5	-5.2	-0.1	-31.7	-0.3
Índia	148	73	0.4	0.8	1.0	0.7	24.5	-2.9	0.0	-50.5	-0.5
Iraque	59	26	0.0	0.7	0.4	0.2	860.4	93.5	0.3	-55.5	-0.2
Angola	113	42	0.0	0.7	0.7	0.4	179.3	-16.0	-0.1	-63.0	-0.5
Rússia	146	63	1.2	0.7	0.9	0.6	-4.9	-46.9	-0.5	-56.6	-0.5
OPEP[5]	1 328	545	4.2	9.4	8.6	4.9	25.4	8.6	0.6	-59.0	-5.1
EFTA	234	273	2.3	1.9	1.5	2.4	3.4	6.3	0.1	16.3	0.2
PALOP	118	48	0.1	0.8	0.8	0.4	54.2	-12.3	-0.1	-59.2	-0.5

* Somatório das "Chegadas" de mercadorias provenientes da UE com as "Importações" de Países Terceiros.

** O ano de 2008 aqui considerado não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas para ser comparável com 2003.

[1] (Abr 08-Mar 09) / (Abr 07-Mar 08) x 100 - 100.

[2] Contributos p/ taxa de crescimento das entradas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) + 100.

[3] Não inclui tractores agrícolas.

[4] Inclui tractores agrícolas.

[5] Inclui Angola.

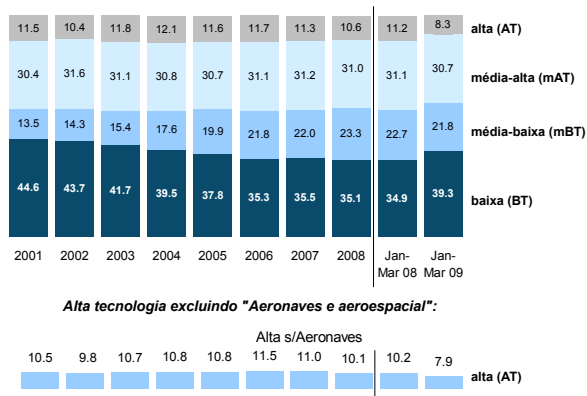
Nota: Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2008.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2008 - 1ª versão do ano; 2009 - versão preliminar.

Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

De acordo com *dados de base declarados* do INE, não englobando portanto estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário, no período de *Janeiro a Março de 2009*, face ao mesmo período do ano anterior, assistiu-se a um decréscimo do peso das saídas dos produtos de *média intensidade tecnológica* (média baixa + média alta), de 53,8% para 52,5% (Figura 3.4 e Quadro 3.6).

Figura 3.4. Saídas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Nota 1 - Não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário.

Nota 2: Os dados dos produtos de AT em 2004 e 2005 não são comparáveis porque a partir de 1 de Janeiro de 2005 as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na Balança de Serviços. O mesmo sucede em 2005 e 2006, por idêntico tratamento ter sido aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros a partir de 1 de Janeiro de 2006.

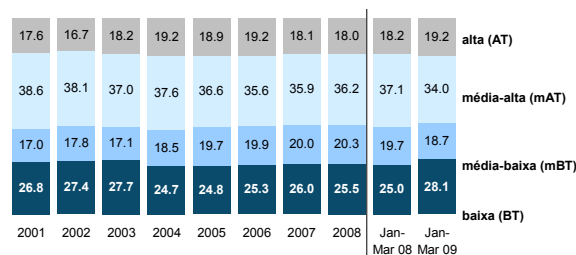
Fonte: GEE a partir de dados de base declarados do INE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 - 2ª versão; 2007 - 3ª versão; 2008 - 1ª versão).

O peso das saídas de produtos de *alta intensidade tecnológica* desceu de 11,2% para 8,3%, reflectindo descidas de 2,2 p.p. no equipamento de rádio, TV e comunicações, de 0,7 p.p. no equipamento de escritório e computação e também de 0,7 p.p. na aeronáutica e aeroespacial. Por sua vez, o peso das saídas dos produtos de *baixa intensidade tecnológica*, no conjunto das saídas de produtos industriais transformados, subiu de 34,9% para 39,3%, a que corresponderam subidas de 2,1 p.p. nos produtos alimentares, bebidas e tabaco, de 1,4 p.p. nos têxteis, vestuário, couros e calçado, e de 1,1 p.p. na pasta de papel, papel, cartão e publicações.

Na Figura 3.5 encontram-se representadas as entradas dos produtos industriais transformados nos mesmos períodos. Para maior detalhe, consultar a publicação "Balança de Produtos Industriais Transformados por Grau de Intensidade Tecnológica" nº 6/2009 em:

www.gee.min-economia.pt

Figura 3.5. Entradas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Nota: Não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas, no comércio intracomunitário.

Fonte: GEE, a partir de dados de base declarados do INE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 - 2ª versão; 2007 - 3ª versão; 2008 - 1ª versão).

Quadro 3.6. Saídas e Entradas * de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica
Intra + Extra-UE

Intensidade Tecnológica	2008	Janeiro a Março		Taxas variação (%)			% total prod. indust. transf.				Contributos ^[1] (p.p.)	
		2008	2009	média 2003-08	2008/07	Jan-Mar 2009/08	2007		Jan-Mar 2008		2008	Jan-Mar 2009
							2007	2008	2008	2009		
SAÍDAS*												
Total dos prod. indust. transformados	34 774 575	9 253 178	6 362 439	5.0	-0.7	-31.2	100.0	100.0	100.0	100.0	-0.7	-31.2
Alta tecnologia	3 699 966	1 038 550	527 812	2.8	-6.3	-49.2	11.3	10.6	11.2	8.3	-0.7	-5.5
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	3 493 210	937 118	503 307	3.7	-9.2	-46.3	11.0	10.1	10.2	7.9	-1.0	-4.7
Média-alta tecnologia	10 765 189	2 879 379	1 950 703	5.0	-1.4	-32.3	31.2	31.0	31.1	30.7	-0.4	-10.0
Média-baixa tecnologia	8 092 199	2 102 834	1 384 226	14.1	5.2	-34.2	22.0	23.3	22.7	21.8	1.1	-7.8
Baixa tecnologia	12 217 220	3 232 415	2 499 698	1.5	-1.8	-22.7	35.5	35.1	34.9	39.3	-0.6	-7.9
<i>Por memória:</i>												
Total das Saídas	36 751 049	9 744 867	6 651 671	5.5	0.0	-31.7	100.0	100.0	100.0	100.0	0.0	-31.7
Residual	1 976 474	491 689	289 232	16.9	13.0	-41.2	4.8	5.4	5.0	4.3	0.6	-2.1
ENTRADAS*												
Total dos prod. indust. transformados	46 991 204	12 117 708	8 550 478	5.5	1.8	-29.4	100.0	100.0	100.0	100.0	1.8	-29.4
Alta tecnologia	8 472 101	2 202 745	1 644 800	5.3	1.6	-25.3	18.1	18.0	18.2	19.2	0.3	-4.6
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	7 796 685	1 913 266	1 546 421	5.2	0.6	-19.2	17.0	16.8	16.2	18.3	0.1	-3.1
Média-alta tecnologia	17 007 091	4 491 115	2 903 966	5.0	2.6	-35.3	35.9	36.2	37.1	34.0	0.9	-13.1
Média-baixa tecnologia	9 528 973	2 392 763	1 601 467	9.1	3.3	-33.1	20.0	20.3	19.7	18.7	0.7	-6.5
Baixa tecnologia	11 983 039	3 031 085	2 400 245	3.8	-0.1	-20.8	26.0	25.5	25.0	28.1	0.0	-5.2
<i>Por memória:</i>												
Total das Entradas	58 747 253	15 021 320	10 133 149	7.1	5.8	-32.5	100.0	100.0	100.0	100.0	5.8	-32.5
Residual	11 756 048	2 903 612	1 582 671	15.5	25.6	-45.5	16.9	20.0	19.3	15.6	4.3	-8.8

* Saídas de mercadorias correspondentem ao somatório das Expedições, no comércio Intracomunitário, com as Exportações para Países Terceiros. Entradas correspondentem ao somatório das Chegadas, no comércio Intracomunitário, com as Importações, originárias de Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas de produtos industriais transformados, em pontos percentuais - análise shift share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) + 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT em 2004 e 2005 não são exactamente comparáveis uma vez que a partir de 1 de Janeiro de 2005 as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede aos dados de 2005 e 2006, por o mesmo tratamento ter sido aplicado agora às aeronaves provenientes dos países terceiros, a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Nota: Não inclui estimativa abaixo do limiar de assimilação nem estimativa das não-respostas, no comércio intracomunitário.

Fonte: GEE a partir de dados de base do INE declarados para Intra-UE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 - 2ª versão; 2007 - 3ª versão; 2008 - 1ª versão do ano; 2009 - versão preliminar).

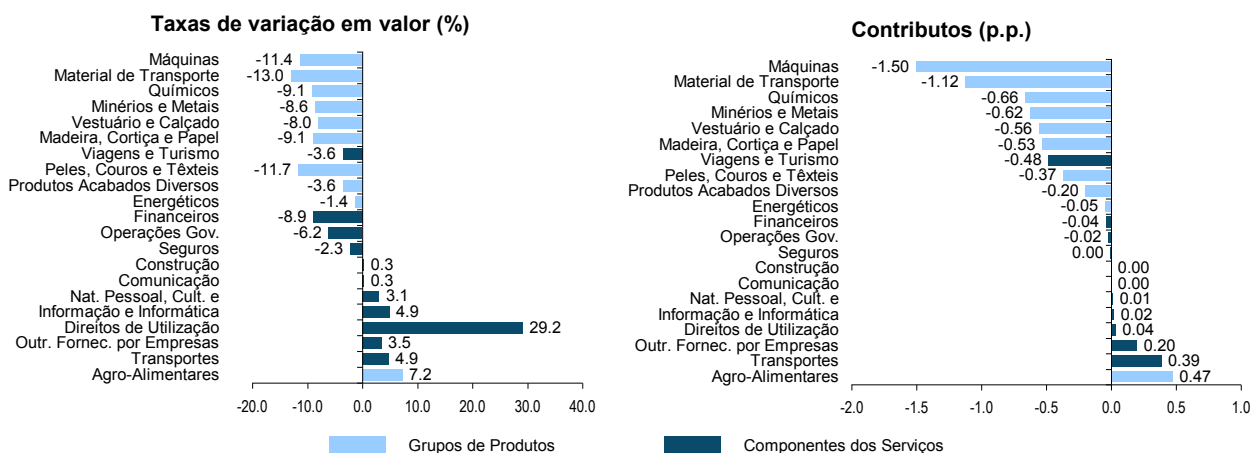
Comércio Internacional de Bens e Serviços

De acordo com dados da Balança de Pagamentos divulgados pelo Banco de Portugal para o período de Janeiro a Março de 2009, o peso dos Serviços no total dos Bens e Serviços foi de 31,9% do lado das “exportações” (crédito), e de 18,6% na vertente das “importações” (débito). Nos últimos 12 meses a terminar em Março, as “exportações” de Bens e Serviços diminuíram 5,0% em termos homólogos, resultado para o qual contribuíram positivamente os Serviços (0,4p.p.), a par de um contributo negativo dos Bens (-7,5 p.p.) (Quadro 3.7).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços nos últimos 12 meses, com base em dados do INE para as “exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “exportações” de Bens e Serviços. A distribuição do contributo das “exportações” de Bens pelos Grupos de Produtos segue a estrutura implícita na base de dados do INE.

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes

Últimos 12 meses a terminar em Março de 2009



Quadro 3.7. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

Valores em milhões de euros

	Janeiro a Março		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [1]				
			Anual		Jan-Mar		média anual 03-08	12 meses [2]		Jan-Mar	
	2008	2009	2003	2008	2008	2009		VH	contrib. p.p.[1]	VH	contrib. p.p.[1]
CRÉDITO ("Exportações")											
Bens e Serviços	13 898	10 678	100.0	100.0	100.0	100.0	7.4	-5.0	-5.0	-23.2	-23.2
Bens	10 045	7 267	72.2	68.1	72.3	68.1	6.1	-7.5	-5.1	-27.7	-20.0
Serviços	3 853	3 411	27.8	31.9	27.7	31.9	10.4	0.4	0.1	-11.5	-3.2
Transportes	1 095	977	5.4	8.5	7.9	9.1	17.7	4.9	0.4	-10.8	-0.9
Viagens e Turismo	1 340	1 139	14.9	13.3	9.6	10.7	4.9	-3.6	-0.5	-15.0	-1.4
Comunicação	149	127	0.8	1.1	1.1	1.2	14.3	0.3	0.0	-15.0	-0.2
Construção	152	128	0.7	1.2	1.1	1.2	19.0	0.3	0.0	-15.8	-0.2
Seguros	32	31	0.2	0.2	0.2	0.3	4.4	-2.3	0.0	-3.0	0.0
Financeiros	60	54	0.4	0.4	0.4	0.5	10.7	-8.9	0.0	-10.3	0.0
Informação e Informática	68	64	0.2	0.5	0.5	0.6	22.9	4.9	0.0	-6.4	0.0
Direitos de Utilização	13	46	0.1	0.1	0.1	0.4	11.4	29.2	0.0	269.8	0.2
Outr. Fornec. por Empresas	850	754	4.4	6.1	6.1	7.1	14.3	3.5	0.2	-11.4	-0.7
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	53	52	0.3	0.4	0.4	0.5	11.4	3.1	0.0	-1.1	0.0
Operações Governamentais	42	41	0.4	0.3	0.3	0.4	3.3	-6.2	0.0	-2.9	0.0
DÉBITO ("Importações" Fob)											
Bens e Serviços	17 655	13 242	100.0	100.0	100.0	100.0	8.0	-2.1	-2.1	-25.0	-25.0
Bens	14 952	10 780	84.8	84.0	84.7	81.4	7.8	-3.1	-2.6	-27.9	-23.6
Serviços	2 703	2 462	15.2	16.0	15.3	18.6	9.2	3.6	0.6	-8.9	-1.4
Transportes	835	666	4.6	4.9	4.7	5.0	9.6	-0.6	0.0	-20.3	-1.0
Viagens e Turismo	701	649	4.4	4.1	4.0	4.9	6.6	-1.2	-0.1	-7.4	-0.3
Comunicação	116	109	0.5	0.8	0.7	0.8	17.9	6.9	0.1	-5.9	0.0
Construção	41	38	0.3	0.2	0.2	0.3	2.6	9.7	0.0	-6.9	0.0
Seguros	50	45	0.3	0.3	0.3	0.3	5.6	5.8	0.0	-10.1	0.0
Financeiros	51	56	0.3	0.4	0.3	0.4	10.1	26.1	0.1	10.2	0.0
Informação e Informática	88	95	0.4	0.5	0.5	0.7	11.4	10.1	0.0	8.9	0.0
Direitos de Utilização	91	94	0.6	0.5	0.5	0.7	4.6	2.2	0.0	3.7	0.0
Outr. Fornec. por Empresas	605	565	3.0	3.6	3.4	4.3	11.9	11.3	0.4	-6.6	-0.2
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	88	110	0.5	0.6	0.5	0.8	12.0	18.7	0.1	24.9	0.1
Operações Governamentais	37	34	0.3	0.2	0.2	0.3	0.8	-17.4	0.0	-7.9	0.0

[1] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção do crescimento das "importações" de bens e serviços atribuível a cada categoria especificada.

Fonte: GEE, com base em dados do Banco de Portugal (Bal. Pagamentos) para o total dos Bens e para as categorias dos Serviços. A distribuição do contributo das exportações de Bens pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do INE.

Destques

Evolução recente das exportações¹ portuguesas por agrupamentos de bens

Janeiro de 2008 a Março de 2009

Walter Anatole Marques²

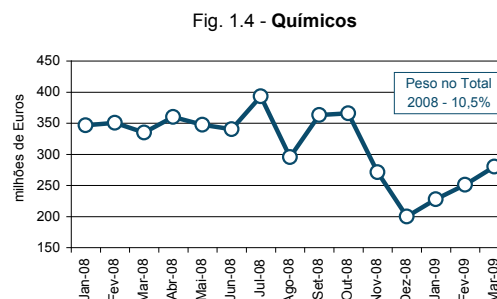
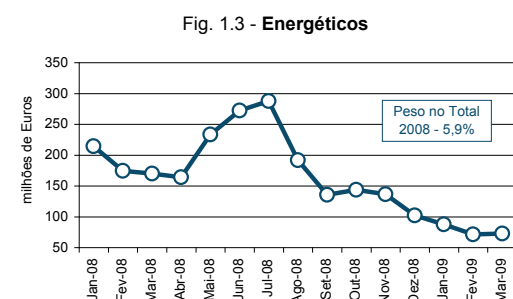
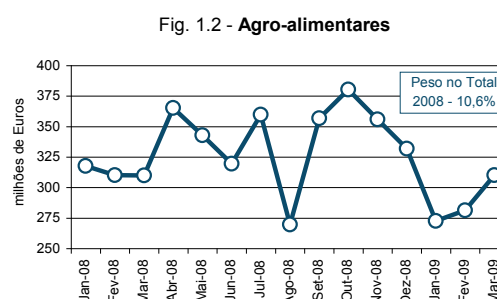
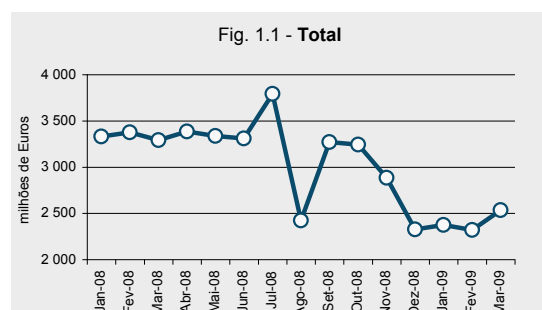
Através do conjunto de figuras que se segue pretende-se analisar, sinteticamente, a evolução mensal recente das exportações portuguesas de mercadorias por agrupamentos de bens.

Os bens foram agrupadas em 13 conjuntos³, sendo dominantes os agrupamentos “Máquinas” (19,1% do total em 2008), “Material de Transporte” (12,3%), “Minérios e metais” (10,7%), “Agro-alimentares” (10,6%) e “Químicos” (10,5%). O agrupamento “Madeira, cortiça e papel” representou 8,4% do total das exportações em 2008, o dos “Produtos acabados diversos”, onde se inserem os produtos da cerâmica e do vidro e os aparelhos de precisão, entre outros, 8,2%, o do “Vestuário” 6,4%, o dos “Energéticos” 5,9%, o dos “Têxteis” 4,1%, e o do “Calçado” 3,5%. Os agrupamentos residuais das “Peles e couros” e dos “Acessórios de vestuário” representaram respectivamente 0,3% e 0,1% do total das exportações.

Após um descida acentuada do valor do conjunto das exportações nos últimos meses de 2008, e alguma estabilização nos dois primeiros meses de 2009, assiste-se no mês de Março ao que indicia ser o início de uma recuperação, extensiva à maioria destes agrupamentos de mercadorias, excepção feita aos agrupamentos do “Vestuário” e do “Calçado”, que após uma subida em Janeiro, voltaram a decair nos dois meses seguintes. O valor das exportações de “Energéticos”, que desceu até Fevereiro, estabilizou em Março, e as de “Material de transporte”, após uma recuperação nos dois primeiros meses do ano praticamente que estabilizaram no mês de Março.

Evolução mensal do valor das 'exportações' de bens

(Janeiro de 2008 a Março de 2009)



¹ Exportações aqui entendidas como o somatório das expedições para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

² Chefe de Equipa Multidisciplinar da Unidade Funcional de Estatísticas de Comércio Internacional.

³ Agro-alimentares (Capº 01 a 24 da Nomenclatura Combinada), Energéticos (Capº 27), Químicos (Capº 28 a 40) Madeira, cortiça e papel (Capº 44 a 49), Peles e couros (Capº 41 a 43), Têxteis (Capº 50 a 60 e 63), Vestuário (Capº 61 e 62), Calçado (Capº 64), Acessórios de vestuário (Capº 65 a 67), Minérios e metais (Capº 25, 26 e 71 a 83), Máquinas (Capº 84 e 85), Material de transporte (Capº 86 a 89) e Produtos acabados diversos (Capº 68 a 70 e 90 a 99).

Fig. 1.5 - Madeira, Cortiça e Papel

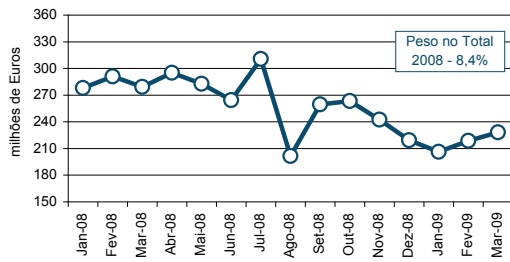


Fig. 1.6 - Minérios e Metais

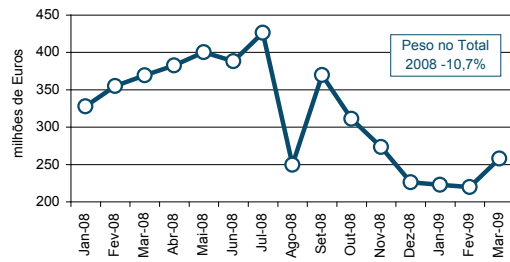


Fig. 1.7 - Têxteis

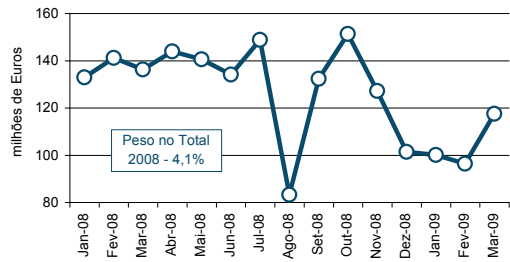


Fig. 1.8 - Vestuário

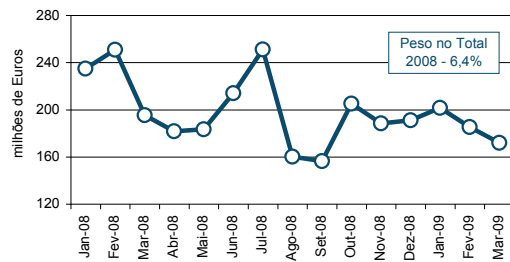


Fig. 1.9 - Acessórios de vestuário

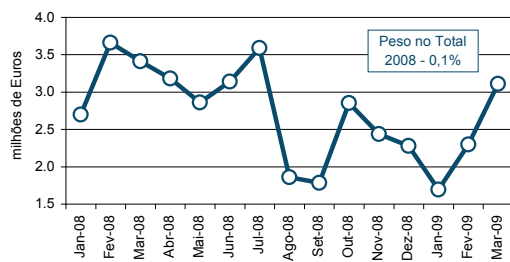


Fig. 1.10 - Calçado

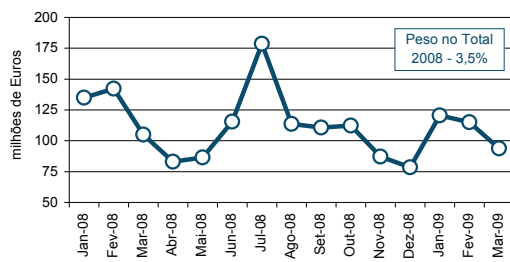


Fig. 1.11 - Peles e couros

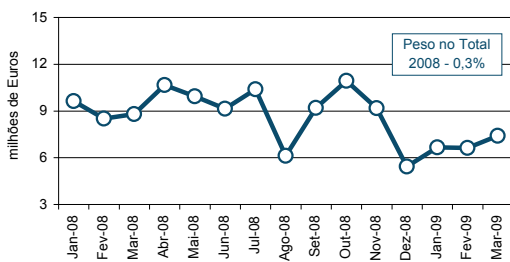


Fig. 1.12 - Máquinas

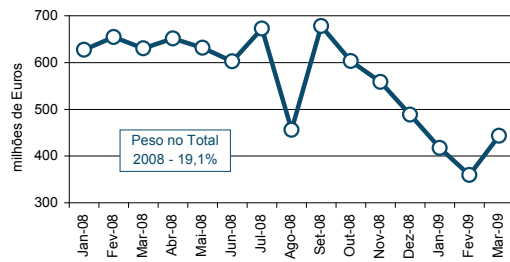


Fig. 1.13 - Material de Transporte

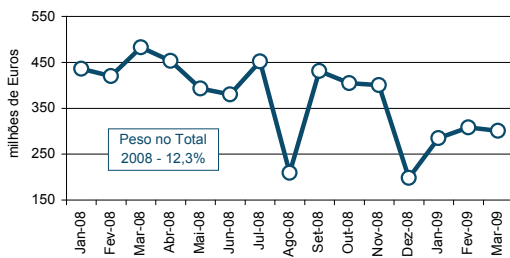
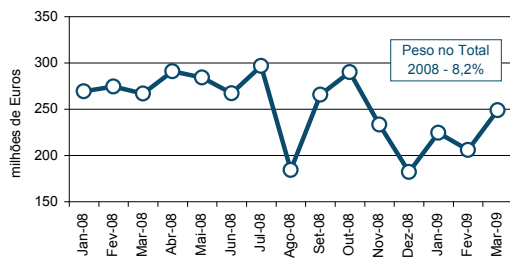


Fig. 1.14 - Produtos acabados diversos



Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas no comércio intracomunitário).

Artigos

Em Análise

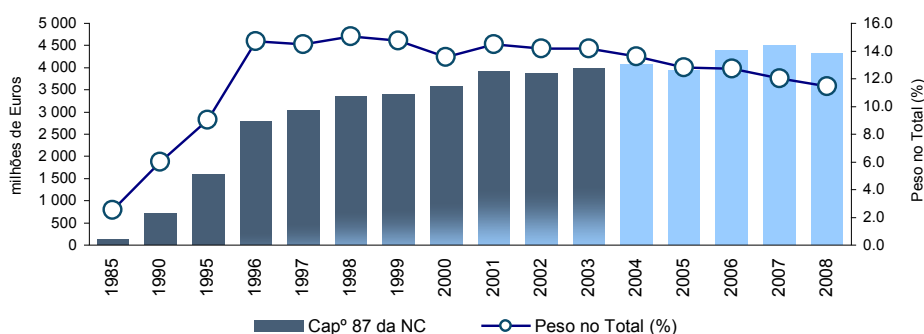
Evolução das exportações¹ portuguesas de veículos automóveis e suas partes e acessórios

Walter Anatole Marques²

O sector automóvel ocupa uma posição de destaque no comércio internacional português em ambas as suas vertentes. Os valores de exportação e de importação têm aumentado tendencialmente, verificando-se no entanto uma redução do seu peso no total ao longo da última década. (Figuras 1 e 2).

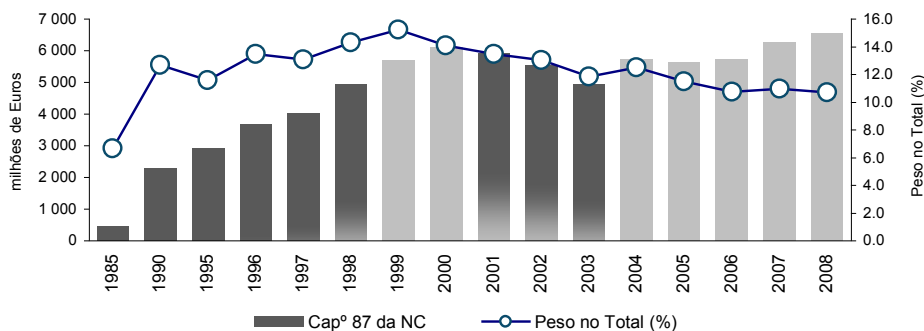
Face à crise que este sector atravessa a nível mundial, justifica-se aqui uma abordagem à sua evolução recente em Portugal, bem como no contexto da União Europeia.

Figura 1. Exportações^[1] de veículos automóveis, tractores, ciclos, suas partes e acessórios e evolução do seu peso nas exportações totais



Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas a partir de 2004).

Figura 2. Importações^[1] de veículos automóveis, tractores, ciclos, suas partes e acessórios e evolução do seu peso nas importações totais



Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas a partir de 2004).

Posição de Portugal entre os construtores mundiais de veículos ligeiros e comerciais

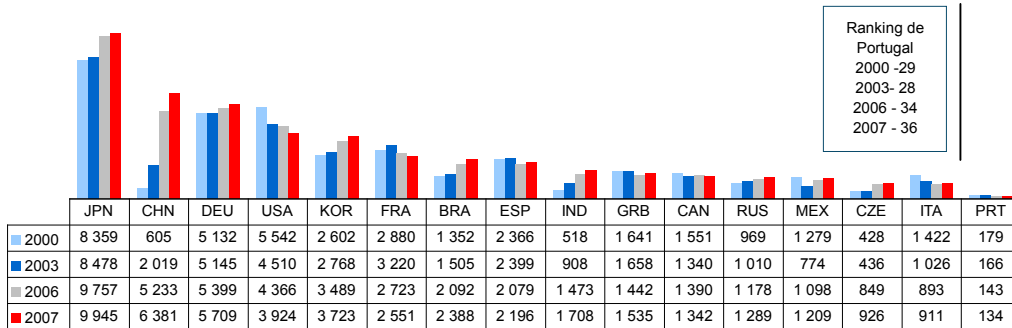
Segundo a Organização Internacional de Construtores de Automóveis (OICA), em 2007 Portugal terá ocupado a 36ª posição entre os construtores mundiais de veículos ligeiros, encabeçados pelo Japão,

¹ Exportações aqui entendidas como o somatório das Expedições para o espaço comunitário com as Exportações para os Países Terceiros. Paralelamente, Importações correspondem aqui ao somatório das Chegadas provenientes da UE, com as Importações originárias dos Países Terceiros.

² Chefe de Equipa Multidisciplinar da Unidade Funcional de Estatísticas do Comércio Internacional. O conteúdo do trabalho é da exclusiva responsabilidade do autor.

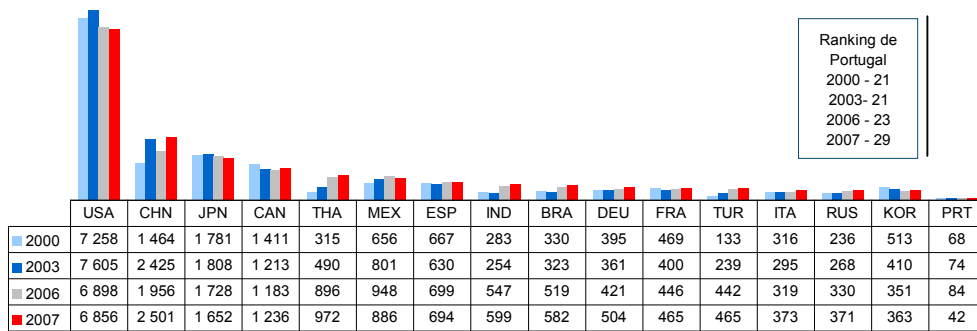
China, Alemanha, Estados Unidos e Coreia do Sul, e o 29º lugar entre os construtores de veículos comerciais, em que predominam os Estados Unidos, China, Japão e Canadá (Figuras 3 e 4).

Figura 3. Portugal face aos 15 maiores construtores mundiais de veículos ligeiros
(milhares de veículos)



Fonte: GEE, a partir de dados de base da OICA - Organization Internationale des Constructeurs Automobiles.

Figura 4. Portugal face aos 15 maiores construtores mundiais de veículos comerciais
(milhares de veículos)



Fonte: GEE, a partir de dados de base da OICA - Organization Internationale des Constructeurs Automobiles.

Os principais exportadores mundiais de veículos automóveis e suas partes e acessórios em 2007, e posição de Portugal no “ranking” mundial

De acordo com dados da ONU disponíveis, Portugal terá ocupado em 2007 a 21ª posição entre os exportadores mundiais de veículos automóveis e suas partes e acessórios, com cerca de 0,6% da exportação mundial. Nas três vertentes mais importantes, Portugal ter-se-á situado na 22ª posição nos veículos automóveis ligeiros de passageiros, na 21ª nos veículos automóveis para o transporte de mercadorias e na 20ª relativamente às partes e acessórios de veículos automóveis (Quadro 1).

Quadro 1. Os 20 principais exportadores mundiais de veículos automóveis e suas partes e acessórios em 2007

Veíc. auto. e suas partes e acessórios			Veíc. auto. ligeiros de passageiros			Veíc. auto. para transporte mercadorias			Partes e Acessórios de veíc. auto.		
País	Quota (%)	nº de ordem	País	Quota (%)	nº de ordem	País	Quota (%)	nº de ordem	País	Quota (%)	nº de ordem
Alemanha	20.48	1	Alemanha	23.54	1	EUA	13.53	1	Alemanha	16.53	1
Japão	15.23	2	Japão	18.34	2	Alemanha	12.81	2	EUA	13.30	2
EUA	9.70	3	EUA	7.60	3	Japão	9.85	3	Japão	10.94	3
Canadá	6.25	4	Canadá	6.40	4	Canadá	9.10	4	França	7.38	4
França	5.81	5	Coreia SL	5.85	5	Espanha	7.67	5	Itália	5.97	5
Espanha	5.21	6	Bélgica	5.47	6	Itália	5.98	6	Canadá	5.15	6
Coreia SL	4.94	7	França	5.26	7	França	5.41	7	Espanha	4.93	7
Bélgica	4.48	8	Espanha	5.06	8	Tailândia	4.24	8	China	4.68	8
R.Unido	4.15	9	R.Unido	4.90	9	Turquia	4.08	9	Coreia SL	4.48	9
Itália	3.54	10	Itália	1.97	10	R.Unido	3.73	10	Rep. Checa	3.13	10
China	2.01	11	Eslováquia	1.76	11	Hungria	3.24	11	Bélgica	3.00	11
Rep. Checa	1.97	12	Suécia	1.74	12	China	2.70	12	R.Unido	3.00	12
Suécia	1.92	13	Rep. Checa	1.71	13	Bélgica	2.55	13	Polónia	2.59	13
Polónia	1.74	14	Áustria	1.44	14	Áustria	2.05	14	Suécia	1.95	14
Áustria	1.57	15	Polónia	1.32	15	Polónia	1.70	15	Áustria	1.67	15
Turquia	1.52	16	Turquia	1.16	16	Argentina	1.67	16	Hungria	1.37	16
Eslováquia	1.38	17	Hungria	0.98	17	Coreia SL	1.65	17	Tailândia	1.31	17
Tailândia	1.18	18	Tailândia	0.65	18	Suécia	1.42	18	Hungria	1.24	18
Hungria	0.97	19	Eslovénia	0.52	19	África Sul	1.27	19	Turquia	0.97	19
Hungria	0.94	20	China	0.48	20	Fed. Russa	0.80	20	Portugal	0.82	20
Portugal	0.58	21	Portugal	0.44	22	Portugal	0.72	21			

Fonte: GEE, a partir de dados de base U.N. Comtrade database

Balança Comercial de Portugal de veículos automóveis e suas partes e acessórios em 2007, 2008 e 1º trimestre de 2008 e 2009

As exportações portuguesas de veículos automóveis e suas partes e acessórios registaram em 2008, face ao ano anterior, uma descida de 4,2%, a par de uma redução das importações de 0,9%. No 1º trimestre de 2009, face ao trimestre homólogo do ano anterior, as descidas acentuaram-se significativamente, situando-se em 34,0% nas exportações e 43,8% nas importações.

O grau de cobertura das importações pelas exportações, que havia descido de 75,5% em 2007 para 73,0% em 2008, dada a descida mais acentuada das importações, subiu de 73,1% no primeiro trimestre de 2008, para 85,9% em 2009.

No Quadro 2 pode observar-se o comportamento das várias componentes deste tipo de produtos, em que se destacam os “Veículos ligeiros para os transportes de passageiros”, as “Partes e acessórios de veículos automóveis”, e os “Veículos automóveis para o transporte de mercadorias”.

Em 2007 e 2008, bem como no 1º trimestre de 2009, as exportações superaram as importações nas componentes “Partes e acessórios de veículos automóveis”, “Veículos para o transporte de 10 ou mais pessoas” e “Carroçarias para veículos automóveis”.

Quadro 2. Balança comercial de Portugal de veículos automóveis e suas partes e acessórios

(2007, 2008 e 1º trimestre 2008 e 2009)

milhões de Euros e percentagem

	Veic. Auto. e suas partes e acess.	NC 8703	NC 8708	NC 8704	NC 8702	NC 8705	NC 8707	NC 8706
		Veic. auto. Ligeiros de passageiros	Partes e acessórios de veic. auto.	Veic. auto. p/transporte mercadorias	Veic. auto. p/transporte 10 ou mais pessoas	Veic. auto. para usos especiais	Carroçarias para veic. auto.	Chassis com motor para veic. auto.
2007								
Importação (cif)	5 519	3 050	1 524	795	28	36	11	73
Exportação (fob)	4 166	1 893	1 570	536	95	24	20	28
Saldo (fob-cif)	-1 352	-1 157	46	-259	67	-12	8	-45
Cobertura (fob/cif)	75.5	62.1	103.0	67.4	336.1	66.2	172.2	38.5
2008								
Importação (cif)	5 467	3 075	1 509	689	46	71	11	66
<i>t.v.h.</i>	-0.9	0.8	-1.0	-13.4	61.6	97.4	-0.1	-9.4
Exportação (fob)	3 990	1 796	1 512	520	90	41	18	14
<i>t.v.h.</i>	-4.2	-5.1	-3.7	-3.0	-5.0	69.3	-10.0	-51.8
Saldo (fob-cif)	-1 477	-1 279	3	-169	45	-31	6	-53
Cobertura (fob/cif)	73.0	58.4	100.2	75.5	197.5	56.8	155.1	20.5
Jan-Mar 2008								
Importação (cif)	1 511	852	423	193	14	12	3	14
Exportação (fob)	1 104	499	426	138	25	10	4	3
Saldo (fob-cif)	-407	-353	3	-55	11	-2	1	-12
Cobertura (fob/cif)	73.1	58.5	100.8	71.5	174.7	84.0	140.8	18.4
Jan-Mar 2009								
Importação (cif)	849	450	271	94	7	17	1	9
<i>t.v.h.</i>	-43.8	-47.1	-35.9	-51.5	-52.9	43.1	-62.2	-36.5
Exportação (fob)	729	320	282	92	21	8	4	3
<i>t.v.h.</i>	-34.0	-35.9	-33.8	-33.6	-16.5	-18.3	4.1	11.6
Saldo (fob-cif)	-120	-131	11	-2	14	-9	3	-6
Cobertura (fob/cif)	85.9	71.0	104.1	98.0	309.5	48.0	387.8	32.3

Fonte: GEE, a partir de dados de base declarados do INE (não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas)

No Quadro 3 pode observar-se a evolução trimestral homóloga das importações e das exportações de veículos automóveis e suas partes e acessórios na UE-27 e em Portugal, no contexto do comércio intra e extracomunitário.

Do lado das importações, as descidas no 4º trimestre foram generalizadas aos principais agrupamentos destes produtos (“Veículos ligeiros de passageiros”, “Veículos para o transporte de mercadorias” e “Partes e acessórios de veículos automóveis”), tanto no comércio intra como no extracomunitário, e tanto para Portugal como para a média comunitária.

Na vertente da exportação verificaram-se descidas em todas estas componentes no conjunto dos países comunitários, tanto para o comércio intra como extracomunitário. Contudo Portugal, que registou também uma quebra no comércio intracomunitário em todos estes agrupamentos, averbou acréscimos em todos eles no comércio com os Países Terceiros, que em 2008 representou um pouco mais de 8% do total do sector.

Quadro 3. Evolução trimestral das importações e das exportações de veículos automóveis e suas partes e acessórios, na UE-27 e em Portugal

(mercado intra e extracomunitário)

2008/2007 >>>			Importação				Exportação			
			Trim 1	Trim 2	Trim 3	Trim 4	Trim 1	Trim 2	Trim 3	Trim 4
Total	Intra	UE-27	-0.6	-0.8	-8.9	-26.6	-1.1	2.2	-6.6	-27.4
		Portugal	12.8	1.9	3.5	-19.6	-3.4	-9.3	-3.2	-18.4
	Extra	UE-27	4.5	0.3	-5.8	-23.2	11.6	11.5	0.1	-13.1
		Portugal	30.7	-8.4	10.2	-33.9	41.2	48.7	58.4	74.8
Ligeiros passag.	Intra	UE-27	-3.5	-3.4	-12.5	-27.8	-4.9	-1.2	-9.6	-28.5
		Portugal	20.3	5.2	4.0	-19.1	-6.8	-15.0	-4.4	-6.1
	Extra	UE-27	0.1	-6.2	-12.1	-27.7	8.5	5.9	-5.4	-15.1
		Portugal	0.4	-22.2	-3.9	-37.2	10.8	157.8	142.6	200.8
Transp. mercad.	Intra	UE-27	8.4	11.4	-5.7	-28.9	9.0	9.1	-8.2	-30.4
		Portugal	-3.8	-17.7	-11.2	-32.4	-6.2	-21.5	-11.1	-24.1
	Extra	UE-27	20.9	22.4	11.3	-27.6	23.6	28.3	15.7	-3.5
		Portugal	59.3	8.0	78.6	-53.5	31.0	29.7	76.2	85.2
Partes e acess.	Intra	UE-27	0.8	-0.8	-4.3	-24.9	2.5	5.0	-1.9	-27.0
		Portugal	7.1	3.0	4.0	-18.4	4.9	3.1	2.8	-28.6
	Extra	UE-27	6.2	8.0	4.9	-12.4	13.1	12.5	1.6	-18.6
		Portugal	32.2	-6.0	-2.0	-25.8	6.2	4.2	5.5	16.7

Fonte: GEE, a partir de dados de base do Eurostat; Monthly data n° 5/2009.

Evolução das exportações dos principais fornecedores comunitários de veículos automóveis e suas partes e acessórios

No 4º trimestre de 2008 verificaram-se quebras, em termos homólogos, em todos os principais fornecedores comunitários. A média comunitária registou uma quebra de 23,4%, com Portugal a decrescer abaixo da média (-11,7%) (Quadro 4).

Quadro 4. Comércio internacional - Principais fornecedores comunitários de veículos automóveis e suas partes e acessórios

- taxas de variação homóloga -

Intra UE + Extra UE

Países fornecedores	Peso na UE-27 (%)		T.V.H.					
	2007	2008	08/07	Trim 1	Trim 2	Trim 3	Trim 4	Janeiro 09/08
				08/07	08/07	08/07	08/07	
UE-27	100.0	100.0	-5.4	2.0	4.6	-4.7	-23.4	4.3
Alemanha	36.4	36.3	-5.5	-0.1	3.4	-6.8	-18.3	1.8
França	10.2	9.5	-12.1	-1.3	-3.1	-10.5	-33.9	7.5
Espanha	9.1	8.7	-9.3	-2.4	2.0	-10.6	-27.2	-3.0
Bélgica	7.8	7.7	-6.3	-1.0	4.5	-5.3	-23.8	-2.7
R.Unido	7.2	7.0	-8.6	6.2	-3.0	-6.9	-28.9	7.5
Itália	6.2	6.3	-3.1	4.3	8.6	-1.5	-23.3	1.1
Polónia	3.1	3.9	18.5	25.7	39.4	28.2	-13.3	27.2
Rep.Checa	3.5	3.8	3.9	13.6	17.0	9.9	-22.6	10.5
Suécia	3.4	3.0	-16.1	-4.6	-1.5	-17.4	-40.5	0.8
Eslováquia	2.4	2.6	2.3	15.0	16.8	8.7	-27.5	25.8
Áustria	2.8	2.6	-12.8	-5.0	-3.1	-13.0	-30.5	2.1
P.Baixos	2.1	2.2	0.9	0.3	15.8	1.5	-14.0	6.2
Hungria	1.7	1.9	3.6	4.9	15.5	8.9	-16.2	11.3
Portugal	1.0	1.0	-4.2	-1.0	-5.5	1.4	-11.7	0.2
Eslovénia	0.9	1.0	0.5	25.9	12.2	-2.5	-28.0	50.2
Finlândia	0.6	0.8	11.3	24.0	19.2	19.3	-12.6	2.3
Roménia	0.6	0.7	13.2	25.2	20.4	29.3	-14.9	28.7
Dinamarca	0.4	0.4	1.5	6.6	5.9	-1.3	-4.8	15.3
Outros	0.7	0.7	-14.4	-3.2	-9.3	-19.8	-24.1	-2.9

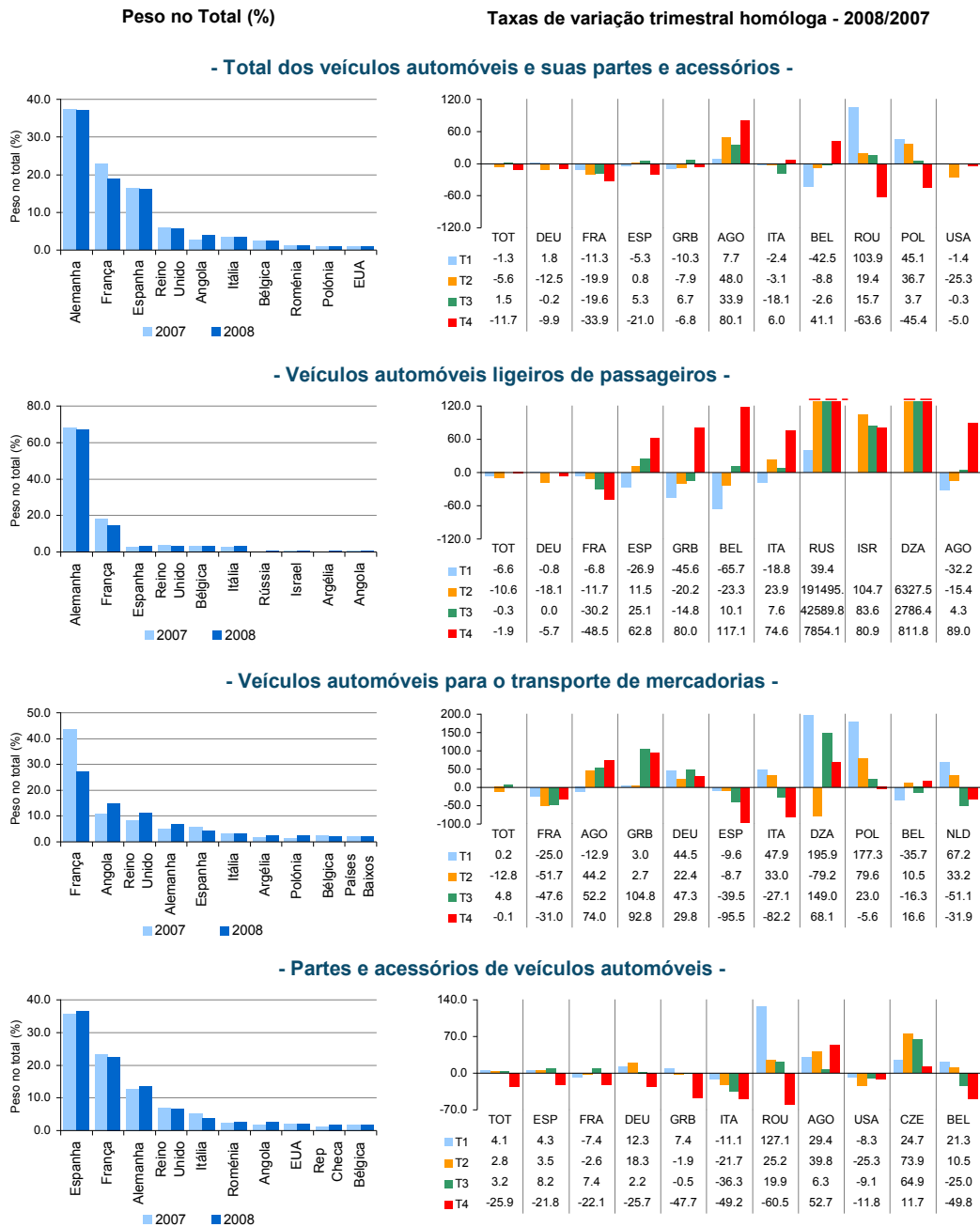
Fonte: GEE, a partir de dados de base do Eurostat - Monthly data, 5/2009.

De acordo com os últimos dados do Eurostat disponíveis, no mês de Janeiro assistiu-se a uma recuperação das exportações, em termos homólogos, na generalidade destes países, com excepção da Espanha e da Bélgica. Os maiores crescimentos ocorreram em países do alargamento, designadamente Polónia (+27,2%), Rep. Checa (+10,5%), Eslováquia (+25,8%), Hungria (+11,3%), Eslovénia (+50,2%) e Roménia (+28,7%), países que, no seu conjunto, haviam representado em 2008 cerca de 14% das exportações comunitárias. Portugal apresentou no primeiro mês do ano uma prática estagnação (+0,2%).

Mercados de destino das exportações portuguesas de veículos automóveis e suas partes e acessórios

Nos gráficos que se seguem estão representados os principais mercados de destino das exportações portuguesas de veículos automóveis e suas partes e acessórios, para o total e para os três principais agrupamentos de produtos, designadamente no que se refere ao seu peso no total em 2007 e 2008 e correspondentes taxas de variação trimestral homóloga.

Figura 5. Principais mercados de destino das exportações [1] portuguesas



[1] Exportações aqui entendidas como o somatório das Expedições para o espaço comunitário com as Exportações para Países Terceiros.
Fonte: GEE, a partir de dados de base declarados do INE (não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas).

Iniciativas e Medidas Legislativas

INICIATIVAS E MEDIDAS LEGISLATIVAS

1. INICIATIVAS

INICIATIVA	SUMÁRIO
<p>Reunião Conselho ECOFIN</p> <p>5 de Junho de 2009</p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 9 de Junho de 2009 destacam-se os seguintes pontos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Normas internacionais de contabilidade - No seguimento das reuniões do ECOFIN de 4 de Abril (informal) e de 5 de Maio, os Ministros procederam a uma troca de pontos de vista com o presidente do <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB) e com o presidente dos <i>trustees</i>, entidade que monitoriza o IASB, relativamente às normas internacionais utilizadas para a avaliação de instrumentos financeiros, tendo reiterado o apelo dirigido aos <i>standard setters</i> para que desenvolvam esforços no sentido de uma maior transparência e consistência na aplicação das normas utilizadas na avaliação de activos. ▪ Preparação da reunião do Conselho Europeu (18-19 de Junho de 2009) <ul style="list-style-type: none"> a) <i>Quadro europeu de supervisão</i> <p>O Conselho aprovou conclusões sobre a reforma do quadro europeu de supervisão para o sistema financeiro, tendo por base as recomendações do Relatório de <i>Larosière</i>, divulgado a 25 de Fevereiro de 2009, e as Comunicações da Comissão de 4 de Março e 27 de Maio sobre esta matéria. O Conselho deu o seu acordo às propostas de reforço da supervisão nas suas duas vertentes: (i) a <u>supervisão macro-prudencial</u>, através da criação do <i>European Systemic Risk Board</i>, integrando, entre outros, os 27 governadores dos bancos centrais da UE, e cujo objectivo principal será a identificação e monitorização das principais ameaças à estabilidade financeira, a emissão de alertas de risco e de recomendações de acção (incluindo a sua monitorização); e (ii) a <u>supervisão micro-prudencial</u>, através da criação de um Sistema Europeu de Supervisores Financeiros constituído por três Autoridades Europeias de Supervisão que resultarão dos actuais comités de nível 3 para a área bancária, de seguros e de valores mobiliários (CESR, CEIOPS e CEBS) e que terão um papel determinante na coordenação de responsabilidades e na tomada de decisão em caso de conflito entre supervisores de diferentes estados-membros.</p> <p>Estas propostas foram acolhidas pelo Conselho Europeu de 18-19 de Junho, devendo a Comissão Europeia apresentar até ao Outono propostas legislativas para concretizar esta importante reforma.</p> b) <i>Implementação do Plano Europeu de Recuperação Económica</i> <p>Os Ministros aprovaram um relatório relativo à avaliação das medidas implementadas pelos estados-membros no âmbito do Plano Europeu de Recuperação Económica. As medidas foram consideradas adequadas e eficazes, compatíveis com os objectivos de crescimento de longo prazo e com as regras comunitárias relativas ao Mercado Interno, à concorrência e aos auxílios de Estado. O relatório destaca ainda a grave recessão económica que se vive na Europa, a qual tem sido menos acentuada em virtude das medidas implementadas pelos estados-membros. No entanto, é salientado o impacto do funcionamento dos estabilizadores automáticos e das medidas discricionárias nas finanças públicas, sendo reconhecida que a resposta à crise tem sido correctamente diferenciada em função</p>

das circunstâncias orçamentais específicas de cada estado-membro. É ainda referido que, à luz das previsões da Comissão para o crescimento económico, não serão necessários estímulos orçamentais adicionais, sendo importante retomar a consolidação orçamental em linha com a recuperação económica.

c) *Medidas de apoio ao sector financeiro*

Os Ministros aprovaram um relatório que avalia a eficácia das medidas nacionais de apoio ao sector financeiro levadas a cabo pelos vários estados-membros com o objectivo de restabelecer a estabilidade e o normal funcionamento dos mercados financeiros, na sequência do mandato do Conselho Europeu de Março de 2009. Em termos globais, o relatório reconhece que, embora o montante de recursos públicos potencialmente afecto às medidas de apoio varie largamente entre os estados-membros, o esforço global é considerável (31,4% do PIB) e as medidas implementadas têm sido eficazes para apoiar o sector bancário e estabilizar os mercados financeiros. O relatório alerta, no entanto, para o facto de o sector bancário continuar sob pressão e para a necessidade de os governos estarem alerta para tomar novas medidas, se necessário.

d) *Financiamento internacional no quadro das alterações climáticas*

O Conselho aprovou as conclusões relativas ao financiamento internacional no contexto da luta contra as alterações climáticas, remetendo para decisão ulterior a resolução da questão dos princípios a observar na repartição interna dos encargos atinentes à contribuição financeira da UE para a ajuda pública internacional às medidas de mitigação e adaptação, em especial nos países menos desenvolvidos, a qual constitui um dos elementos fundamentais para a obtenção de uma acordo global e abrangente sobre o regime que deverá suceder ao Protocolo de Quioto. Assim, o Conselho optou por afirmar apenas os critérios que entendeu deverem informar a repartição da ajuda financeira internacional, isto é, a responsabilidade pelas emissões e a capacidade para pagar, salvaguardando que os mesmos não condicionarão necessariamente a partilha do esforço interno.

- **Boa governação em matéria fiscal:** O Conselho aprovou conclusões sobre boa governação em matéria fiscal, no seguimento da recente apresentação da Comunicação da Comissão sobre esta matéria. O Conselho acolheu com agrado a sugestão de uma aprovação rápida das propostas actualmente em discussão em matéria da revisão da tributação da poupança, do novo quadro para a assistência mútua administrativa, bem como da assistência na cobrança, apelando ao alargamento do âmbito da troca de informação de acordo com o modelo comum da OCDE. Instou ainda a Comissão a apresentar o resultado das negociações do acordo anti-fraude UE-Liechtenstein e tomou nota da intenção da Comissão de apresentar directivas de negociação para acordos anti-fraude com o Mónaco, Andorra, São Marino e a Suíça.

Conselho Europeu
18-19 de Junho de
2009

O Conselho Europeu, de Junho de 2009, reiterou a determinação da UE em superar as dificuldades originadas pela actual recessão mundial e registou os resultados positivos das medidas tomadas até ao momento para apoiar o sector financeiro e a economia real.

O Conselho Europeu continua a dar a máxima prioridade às medidas de apoio ao emprego salvaguardando a protecção social, a coesão e os direitos dos trabalhadores. As medidas a implementar devem atender a três áreas prioritárias: i) manter o emprego, criar novos postos de trabalho e promover a mobilidade; ii) melhorar as qualificações e corresponder às necessidades do mercado de trabalho; iii) promover o acesso ao emprego.

INICIATIVA

SUMÁRIO

Para além disso, considerou necessário tomar uma série de decisões conducentes à revisão do funcionamento dos mercados financeiros através da introdução de melhorias na regulamentação e na supervisão das instituições financeiras de forma a proteger o sistema financeiro europeu contra riscos futuros e a garantir a não repetição dos erros realizados no passado.

Em matéria de desenvolvimento sustentável, o Conselho Europeu manifestou a intenção de manter um papel dinamizador no âmbito da Convenção das Alterações Climáticas, a realizar em Copenhaga no final deste ano. O desenvolvimento sustentável, nas suas diversas dimensões - económica, social e ambiental - continua a ser um dos objectivos fundamentais da UE.

Turismo

O Conselho de Ministros de 18 de Junho de 2009 aprovou a Lei de Bases do Turismo. A nova lei sistematiza os princípios orientadores das políticas públicas para este sector visando a consolidação do turismo como actividade estratégica para a economia nacional.

Dada a sua transversalidade, requer a articulação das várias políticas sectoriais, visando compatibilizar as intervenções do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais que têm efeitos directos ou indirectos no desenvolvimento do turismo.

O diploma indica as áreas de intervenção política prioritárias: os transportes e acessibilidades, a qualificação da oferta, a promoção, o ensino e formação profissional e a política fiscal.

O sector do turismo representa actualmente cerca de 11% do PIB e emprega mais de 500.000 pessoas, constituindo uma área de actividade económica com grande potencial para o desenvolvimento da coesão territorial e da identidade nacional.

Investigação e Desenvolvimento

O IAPMEI assinou um memorando de entendimento com a *Hovione* para a instalação, em Lisboa, de uma nova unidade de investigação e desenvolvimento desta empresa da área da química farmacêutica.

A *Hovione* com sede em Loures, detém cerca de 400 patentes a nível mundial e tem centros de investigação em Portugal e nos EUA. Para além disso, a empresa possui unidades produtivas à escala industrial em Loures, China e Irlanda, e escritórios em Hong Kong e Suíça.

As novas instalações, no Campus do Lumiar, serão utilizadas para investigação e desenvolvimento na área de condicionamento, desenho e engenharia de partículas, e para laboratórios de medida e caracterização de nano-partículas e micro-partículas, e de formulação farmacêutica.

2. SELECÇÃO DE MEDIDAS LEGISLATIVAS

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Alteração do Código de IVA e do Código de IRC</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 122/2009 - I Série n.º 98, de 21 de Maio</p>	<p>Simplifica, no âmbito do programa Simplex, a comunicação dos cidadãos e das empresas ao Estado, eliminando a necessidade de transmitir a mesma informação a três serviços distintos: aos serviços de registo, aos serviços de finanças e aos serviços da segurança social. Com a presente alteração apenas será necessário comunicar a informação aos serviços de registo que, posteriormente, passam a informação aos serviços das finanças e da segurança social. O presente diploma entrou em vigor a 27 de Maio de 2009. No entanto, a produção de efeitos varia, consoante a situação específica, entre 31 de Dezembro de 2008 e 1 de Outubro de 2009.</p>
<p><i>Planos de Poupança-Reforma / Planos de Poupança-Educação</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 125/2009 - I Série</p>	<p>Altera o regime jurídico dos planos de poupança-reforma, dos planos de poupança-educação e dos planos de poupança-reforma/educação (Decreto-Lei n.º 158/2002, de 2 de Julho). O presente diploma pretende reforçar os direitos dos consumidores e garantir a transparência dos produtos de</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
n.º 99, de 22 de Maio	poupança-reforma. Assim, o consumidor que pretenda transferir o seu plano de poupança para outro que lhe ofereça maior rendimento, poderá fazê-lo sem custos, no caso de serem produtos sem garantia de capital e de rentabilidade e, nos restantes casos, com um custo limitado a 0,5% do montante a transferir. Para que o consumidor possa efectuar uma escolha consciente e comparar os produtos, uniformizam-se as designações das comissões cobradas pelas entidades gestoras e pelos depositários, ajustando-as à fase de vida dos produtos, isto é, às fases de constituição, permanência, transferência e resgate. O presente diploma entra em vigor a 21 de Julho de 2009.
<i>Soluções Integradas de Registo</i> Portaria n.º 547/2009 - I Série n.º 100, de 25/05	Regulamenta o Decreto-Lei n.º 116/2008, de 4 de Julho, que previu a criação de um novo balcão único vocacionado para tratar de operações de registo de grande volume, complexidade ou relevância económica para a criação de riqueza, emprego e postos de trabalho — Soluções Integradas de Registo (SIR). Constituem operações especiais de registos os processos em que sejam interessadas uma ou mais pessoas colectivas, públicas ou privadas, que envolvam a prática de actos de registo que pelo seu número, complexidade, natureza, relação de dependência, ou relevância económica, justifiquem um tratamento unitário e personalizado. Através do balcão SIR as empresas poderão realizar operações especiais de registo, bastando um único pedido para que sejam efectuados actos de registo comercial, predial, de veículos e da propriedade industrial. Os procedimentos para operações especiais de registos aplicam-se, designadamente, às seguintes situações: <ul style="list-style-type: none"> - Projectos de potencial interesse nacional; - Projectos de investimento acompanhados, apoiados ou acolhidos pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, e pelo IAPMEI; - Projectos financiados pelos programas operacionais do QREN 2007 - 2013; - Projectos que promovam a utilização de energias renováveis; - Negócios realizados por sociedades gestoras de fundos de investimento imobiliário para arrendamento habitacional (FIIAH), e dos demais fundos de investimento imobiliário que operem de acordo com a legislação nacional; - Investimentos em capital de risco através de sociedades de capital de risco e de fundos de capital de risco; - Expropriações.
<i>Balcão SIR – Lisboa</i> Despacho (extracto) n.º 12884/2009 - II Série parte c n.º 105, de 1/06	Cria o balcão Soluções Integradas de Registo (SIR) de Lisboa, com competência para a prática dos procedimentos para operações especiais de registo. O período de atendimento ao público decorre entre as 9 horas e as 19 horas e 30 minutos, em horário contínuo. O presente despacho produz efeitos a 26 de Maio de 2009.
<i>Comercialização de Produtos / Regras Técnicas</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2009 - I Série n.º 104, de 29/05	Estabelece as medidas necessárias à implementação do Regulamento (CE) n.º 764/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de Julho. Este Regulamento, que dá cumprimento ao princípio do reconhecimento mútuo, estabelece procedimentos para a aplicação de certas regras técnicas nacionais a produtos legalmente comercializados noutro Estado membro. De acordo com este Regulamento, um Estado membro <u>não pode proibir</u> a venda, no seu território, de produtos legalmente comercializados noutro Estado membro, mesmo que esses produtos tenham sido fabricados em conformidade com regras técnicas diferentes das que se aplicam aos produtos nacionais. Assim, a presente Resolução do conselho de Ministros procede à criação de pontos de contacto de produto (PCP) para prestação de informações aos operadores económicos e às autoridades de outros Estados membros acerca da legislação aplicável aos diversos produtos no território nacional. É revogada a Decisão n.º 3052/95/CE. A presente Resolução produz efeitos desde 7 de Maio de 2009.
<i>Contratos de Crédito ao Consumo</i> Decreto-Lei n.º 133/2009 - I Série n.º 106, de 2/06	Estabelece as regras a que devem obedecer os contratos de crédito ao consumo. Tendo por objectivo conferir uma maior protecção aos consumidores que recorram a este tipo de contratos, este regime estabelece mecanismos de reforço dos deveres informativos do credor, quer na fase de pré-contratual, quer durante a vigência do contrato, bem como regras sobre a publicidade realizada. Paralelamente, para assegurar que o nível de endividamento do consumidor não ponha em causa a sua capacidade de cumprimento contratual, estabelece-se a obrigação, por parte do credor, de avaliar a solvabilidade do consumidor antes da celebração deste tipo de contrato. Destaca-se ainda o estabelecimento de um valor máximo da indemnização a pagar pelo consumidor em caso de amortização do contrato. Este novo regime não é aplicável, entre outros casos, aos contratos de crédito cujo montante total seja inferior a € 200 ou superior a € 75 000. O presente diploma, que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2008/48/CE, do Parlamento e do Conselho, de 23 de Abril, entra em vigor no dia 1 de Julho de 2009. No entanto, o artigo 28.º (relativo à usura, por referência à TAEG), entra em vigor no dia 1 de Outubro de 2009.

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Assinatura Digital</i> Portaria n.º 597/2009 - I Série n.º 108, de 4/06</p>	<p>Estabelece os termos a que obedece o registo das entidades certificadoras que emitem certificados qualificados, adequando-o ao Sistema de Certificação Electrónica do Estado, e às alterações recentemente introduzidas no regime jurídico dos documentos electrónicos e da assinatura digital pelo Decreto-Lei n.º 88/2009, de 9 de Abril. A presente portaria entra em vigor a 5 de Junho de 2009 e revoga a Portaria n.º 1350/2004, de 23 de Outubro</p>
<p><i>Empresas de Animação Turística</i> Portaria n.º 651/2009 - I Série n.º 112, de 12/06</p>	<p>Define, em regulamentação do Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de Maio, que estabeleceu o regime jurídico das empresas de animação turística, o Código de Conduta a adoptar por estas empresas, bem como, pelos operadores marítimo-turísticos que exerçam actividades reconhecidas como turismo de natureza. Procede também à definição do logótipo que identifica as empresas cujas actividades são reconhecidas como turismo de natureza.</p>
<p><i>Certificação Electrónica – PME</i> Decreto-Lei n.º 143/2009 - I Série n.º 114, de 16/06</p>	<p>Altera o Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de Novembro, que criou a certificação por via electrónica de micro, pequena e média empresa. Através desta alteração procede-se a ajustamentos naquele diploma com o objectivo de facilitar e acelerar o tratamento administrativo dos procedimentos de certificação, designadamente no caso de uma empresa verificar, na data de encerramento das respectivas contas, que ficou aquém ou que superou, pela primeira vez e numa base anual, o limiar de efectivos ou os limiares financeiros previstos para a sua categoria. Desde que, com base numa estimativa de boa fé, preveja que, no exercício seguinte, se vai verificar situação idêntica, pode essa empresa apresentar uma declaração com vista à determinação imediata da aquisição ou da perda da qualidade de micro, pequena ou média empresa.</p>
<p><i>Mediador do Crédito</i> Decreto-Lei n.º 144/2009 - I Série n.º 115, de 17/06</p>	<p>Cria o mediador do crédito, cuja actividade visa a defesa e promoção dos direitos, garantias e interesses legítimos de quaisquer pessoas ou entidades em relações de crédito, designadamente no domínio do crédito à habitação. Compete ao mediador do crédito fomentar o conhecimento dos direitos e deveres dos cidadãos neste domínio, prestar as informações que lhe sejam solicitadas e colaborar com o Banco de Portugal no sentido de contribuir para o cumprimento das regras legais e contratuais em matéria de concessão de crédito. O mediador do crédito pode, com imparcialidade e independência, contribuir para a tutela dos direitos de quaisquer pessoas ou entidades em relações de crédito, e emitir as recomendações que considere adequadas sobre a matéria. O mediador do crédito é nomeado por resolução do Conselho de Ministros, para um mandato com a duração de dois anos, e funciona junto do Banco de Portugal, gozando de total independência no exercício das suas funções. A primeira nomeação do mediador do crédito ocorre no prazo máximo de 30 dias a contar de 18 de Junho de 2009, data de entrada em vigor do presente diploma.</p>
<p><i>Registo Civil On-Line</i> Portaria n.º 654/2009 - I Série n.º 115, de 17/06</p>	<p>Regulamenta os pedidos online de actos e de processos de registo civil, que se efectuam através do sítio na Internet com o endereço www.civilonline.mj.pt Através do civil online poder-se-á realizar: - A autenticação dos utilizadores através de certificados digitais; - A identificação dos interessados; - A apresentação do pedido; - A entrega dos documentos necessários; - A assinatura electrónica dos documentos entregues, quando necessário; - O pagamento dos serviços por via electrónica; - A recolha de informação que permita o contacto entre os serviços competentes e os interessados e seus representantes; - A certificação da data e da hora em que o pedido foi apresentado; - A comunicação electrónica e, sempre que possível, através de "short message service" (sms), dos actos e processos pedidos, bem como de todas as comunicações que se mostrem necessárias com os cidadãos. A presente portaria produz efeitos desde o dia 5 de Fevereiro de 2009.</p>
<p><i>Reembolsos do IVA</i> Despacho normativo n.º 23/2009 - II Série Parte C n.º 115, de 17/06</p>	<p>Procede à alteração do Despacho Normativo n.º 53/2005, de 15 de Dezembro, que estabeleceu as normas relativas aos reembolsos solicitados pelos sujeitos passivos através da declaração periódica. Através do presente despacho estabelecem-se medidas adicionais de simplificação e introduzem-se ajustamentos no domínio das garantias associadas aos pedidos de reembolso de IVA. Assim, elimina-se a obrigatoriedade de prestação de garantias automáticas actualmente exigidas para os primeiros reembolsos e para as situações de cessação de actividade e de mudanças de regimes especiais. Paralelamente, para os primeiros reembolsos passa a prever-se que, caso os sujeitos passivos optem por prestar garantia, podem receber o reembolso no prazo mais curto de 30 dias, desde que preencham os restantes requisitos legais.</p>
<p><i>Sector Financeiro / Regime Sancionatório</i> Lei n.º 28/2009 - I Série n.º 117, de 19/06</p>	<p>Estabelece o regime de aprovação e divulgação da política de remuneração dos membros dos órgãos de administração das entidades de interesse público e revê o regime sancionatório no sector financeiro em matéria criminal e contra-ordenacional. Em matéria penal, a moldura das penas é elevada de três para cinco anos. São, igualmente, elevados os limites das coimas até ao montante máximo de 5 000 000 de euros, aplicáveis às condutas especialmente graves, prevendo-se o agravamento da coima máxima</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
	aplicável quando o dobro do benefício económico exceder aquele montante, sem prejuízo da perda do próprio benefício económico. Introduce-se a figura do processo sumaríssimo no sector bancário e no sector segurador, ressegurador e de fundos de pensões, agilizando-se assim a intervenção sancionatória das entidades de supervisão num número apreciável de ilícitos de menor gravidade.

Abreviaturas Utilizadas

Abreviaturas

Siglas	Descrição	Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IUC	Imposto Único de Circulação
ADSE	Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
AL	Administração Local	MC	Ministry of Commerce of China
AR	Administração Regional	Michigan	Universidade de Michigan
BCE	Banco Central Europeu	NBSC	National Bureau of Statistics of China
BEA	Bureau of Economic Analysis	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
BGFRS	Board of Governors of the Federal Reserve System	OE	Orçamento do Estado
BLS	Bureau of Labour Statistic	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
BP	Banco de Portugal	OT	Obrigações do Tesouro
BT	Bilhetes do Tesouro	PIB	Produto Interno Bruto
BVLP	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	SDDS	Special Data Dissemination Standard
CE	Comissão Europeia	SFA	Serviços e Fundos Autónomos
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	SNS	Serviço Nacional de Saúde
CGA	Caixa Geral de Aposentações	SS	Segurança Social
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	UE	União Europeia
COGJ	Cabinet Office Government of Japan	VAB	Valor Acrescentado Bruto
DGEG	Direcção-Geral de Energia e Geologia	Yahoo	Finance Yahoo
DGO	Direcção-Geral do Orçamento		
DGT	Direcção-Geral do Tesouro		
EPA	Economic Planning Agency		
Eurostat	Instituto de Estatística da UE		
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo		
FMI	Fundo Monetário Internacional		
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e da Inovação		
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças e da Administração Pública		
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional		
IGCP	Instituto de Gestão do Crédito Público		
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França		
IPC	Índice de Preços no Consumidor		
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas		
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
IS	Imposto do Selo		
ISM	Institute for Supply Management		
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos		
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália		
ISV	Imposto sobre Veículos		

Siglas	Unidades
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por Euros
EUR/GBP	Libra Esterlina por Euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de Respostas Extremas
VA	Valores Acumulados
VC	Varição em Cadeia
VCS	Valor Corrigido de Sazonalidade
VE	Valor Efectivo
VH	Varição Homóloga
VHA	Varição Homóloga Acumulada
VITA	Varição inter-tabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Colectiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respectivo ano
VM12	Varição Homóloga dos últimos 12 meses

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.
 : representa valor não disponível.
 - não se aplica.